

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL (IACS)
BACHARELADO EM PRODUÇÃO CULTURAL

DÂMYLLA GOMES NETIS TELES

**CATÓLICOS QUEER E RELIGIOSOS MILITANTES: UMA ANÁLISE DOS
DISCURSOS DA IGREJA CATÓLICA A RESPEITO DOS CORPOS LGBTI+ NO
SÉCULO XXI E AS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA DO GRUPO
DIVERSIDADE CATÓLICA/RJ**

Niterói, RJ
2021

DÂMYLLA GOMES NETIS TELES

**CATÓLICOS QUEER E RELIGIOSOS MILITANTES: UMA ANÁLISE DOS
DISCURSOS DA IGREJA CATÓLICA A RESPEITO DOS CORPOS LGBTI+ NO
SÉCULO XXI E AS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA DO GRUPO
DIVERSIDADE CATÓLICA/RJ**

Monografia apresentada à
Universidade Federal Fluminense,
como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel em
Produção Cultural.

Orientação:
Prof.^a Ma. Lucia M. P. Bravo

Niterói, RJ

2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG Gerada
com informações fornecidas pelo autor

T269c Teles, Dâmylla Gomes Netis
Católicos queer e religiosos militantes : Uma análise dos discursos da Igreja Católica a respeito dos corpos LGBTI+ no século XXI e as narrativas de violência e resistência do grupo Diversidade Católica/RJ / Dâmylla Gomes Netis Teles ; Lucia M. P. Bravo, orientadora. Niterói, 2021.
82 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2021.

1. Catolicismo. 2. LGBTI+. 3. Violência. 4. Sexualidade. 5. Produção intelectual. I. Bravo, Lucia M. P., orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD -



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO
CULTURAL

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao décimo dia do mês de Maio de 2021, às onze horas, realizou-se de forma remota (online), excepcionalmente, em conformidade com a Decisão Nº. 100/2020 de 21/05/2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense, a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado “**CATÓLICOS QUEER E RELIGIOSOS MILITANTES: Uma análise dos discursos da Igreja Católica a respeito dos corpos LGBTI+ no século XXI e as narrativas de violência e resistência do grupo Diversidade Católica/RJ**”, apresentado por **Dâmylla Gomes Netis Teles**, matrícula 115033053, sob orientação do(a) Prof(a). Ma. Lucia M. P. Bravo.

A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): Ma. Lucia M. P. Bravo

2º Membro: Me. Thiago Grisolia Fernandes

3º Membro: Ma. Cris Serra

4º Membro: Me. Alfredo Taunay Colina de Carvalho

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

Com nota final após arguição:

10,0 (deis)

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

Assinado de forma digital por LUCIA
LUCIA MARIA PEREIRA BRAVO MARIA PEREIRA BRAVO
lbravo@id.uff.br:92781942715 lbravo@id.uff.br:92781942715
Dados: 2021.05.19 18:48:22 -03'00'

Presidente da Banca

DEDICATÓRIA

A Deus, a todos os LGBTI+ católicos, tanto de dentro quanto de fora do armário brasileiro e, em memória, ao ator e humorista LGBTI+, Paulo Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Minha maior e mais clara gratidão por este trabalho é a Deus. Sem Ele, eu não teria chegado até aqui e é a Ele a quem eu dedico e agradeço por essa conquista. Agradeço a Deus por poder usar o meu privilégio universitário cristão para acrescentar em uma luta pela diversidade e pela permanência de todas as pessoas na sociedade. Em especial, enquanto LGBTI+, agradeço por poder falar da existência e ser resistência no campo paroquial e nos demais espaços públicos e privados em tempos em que a política e a saúde vivem um momento tão crítico no mundo inteiro.

Quero agradecer também a Deus pela vida de algumas pessoas e por tê-las colocado em meu caminho. Pessoas essas que acreditaram em mim e foram usadas por Ele para me fortalecer e me ajudar a acreditar que era possível me tornar uma Produtora Cultural: meus pais, Míriam e Júnior, por tanto amor e presença do início ao fim desse sonho e de todos os outros que realizei e ainda vou realizar, tornando a finalização dessa etapa verdadeiramente possível; minha irmã Dandhara, que dá sentido às minhas batalhas e que me acompanhou, escutou, apoiou e ajudou em todos os momentos deste e dos desafios; Tia Olga (Doda), que me carrega no colo até hoje com tamanho amor e doçura; meus avós, tios e demais familiares, e especialmente, meus primes Evelyn, Isabelle, Iago, Igor, Lucas, Luma e Matheus, que me acolheram e acreditaram na minha pesquisa e no meu lugar de fala.

De forma especial, meus orientadores e professores, que também se tornaram amigos, eu agradeço a Deus pela vida deles, pelo suporte e atenção desde os primeiros passos desse trabalho. Thiago Grisolia, obrigada pela honra de compartilhar comigo seu conhecimento tão rico e potente à nossa sociedade e ter sido um mestre que muito vai acrescentar na minha vida acadêmica e na trajetória de muitas pessoas presentes dentro e fora das universidades. Lucia Bravo, obrigada pelo acolhimento e pelo cuidado. Obrigada também por segurar minha mão e, junto comigo, me ajudar a chegar ao fim dessa jornada tão bonita que foi a graduação. A vocês dois, eterna gratidão pela gentileza e delicadeza ao me instruir aos cuidados do trabalho e por me ajudar a ir retirando as muitas pedras que houveram no caminho. Agradeço a Marina Frydberg, professora e coordenadora do curso durante grande parte do meu tempo na UFF, que também abriu caminhos quando eu achei não ser possível chegar ao fim da graduação. Com isso, agradeço muito a cada professora e professor que esteve

presente na construção da produtora cultural consciente e responsável com a sociedade a qual venho me tornar.

Ainda sobre minha permanência na graduação, agradeço a Deus pelo maior presente da faculdade: quadrilátero amoroso. Ná, Júlio, e Camila, vocês são parte integrante desta conquista e responsáveis pelas melhores memórias que vou guardar da faculdade. Agradeço muito a Deus pela eterna turma 2015.1 e pela benção de poder ter feito parte dela. Obrigada a cada um por cada momento compartilhado e pelas pessoas incríveis e necessárias que vocês se fizeram na minha caminhada.

Quero agradecer a Deus pela presença no grupo Diversidade Católica, que me recebeu e me acolheu com muito amor, e pela vida de cada membro que se dispôs a colaborar com a minha pesquisa de maneira tão completa e solícita. Da "família DC", agradeço de forma muito especial pela presença tão afetiva da Cris Serra, que me recebeu e me acompanhou no grupo e em todos os momentos de dificuldade acadêmica e psíquica com seu coração enorme e compassivo.

Agradeço enormemente a Deus pelo sacerdócio do padre Luiz e pela receptividade que me recebeu no grupo.

Como futura psicóloga, quero agradecer a Deus pela vida e pelo trabalho da minha terapeuta, Claudia Moraes, essencial e indispensável ao longo de todo o trabalho. Quero também agradecer a Ele pela vida e sacerdócio dos padres Antônio José e José Guilherme que me deram o suporte acadêmico e afetivo mais que necessário nessa trajetória. Assim como, agradeço pela minha comunidade Paróquia N. S de Fátima R.T.S, que se apresenta como possibilidade de permanência diante das abordagens desta pesquisa. Agradeço a Deus, com um carinho e representatividade, pela Júlia, Katharine, Luan, Luiz, Marcela e Matheus assim como a tantas outras pessoas especiais presentes na minha caminhada cristã.

De maneira muitíssimo especial, assim como já todos os dias, quero agradecer a Deus pelos meus amigos, que alguns já citados anteriormente, que foram e são a presença do próprio Deus na minha vida:

Ana Clara, Bruno e Camilla, sem vocês eu teria desistido. Obrigada por serem meus companheiros de vida e estarem ao meu lado me encorajando e me inspirando a mergulhar nos estudos sobre cultura e sexualidade. Amo MUITO vocês.

CSM, por vibrarem comigo em todas as conquistas e me acolherem nas derrotas. Do ensino médio pra vida!

Paola, obrigada pelo exemplo; Evelyn, obrigada pela persistência; Laíssa, obrigada pela sensibilidade; Karolline, obrigada por ser; Tatiana, obrigada pela autenticidade; Cristóvão, obrigada pela sua existência; César, obrigada confiabilidade; Dominique, obrigada pela compreensão;

Aos demais amigos presentes que me trazem tantas virtudes, obrigada.

Por fim, em memória, quero agradecer a Deus pelo Bradock, cão companheiro de toda a minha trajetória de vida.

RESUMO

O presente trabalho objetiva desconstruir a norma compulsória sobre a sexualidade e a identidade de gênero presentes nas sociedades, identificar a violência dessa normatividade no discurso da Igreja Católica no Brasil sobre os LGBTI+ e encontrar estratégias potentes de resistência desenvolvidas e utilizadas pelas diversidades presentes nas paróquias do Rio de Janeiro para abrir caminhos de permanência na religiosidade. Para isso, o estudo busca encontrar, através do conceito de biopolítica, trabalhado por Michel Foucault, relações de normatividade nas doutrinas institucionalizadas pela Igreja Católica e contextualizá-la com o conceito de violência estrutural apresentado por Marilena Chauí nas relações sociais estabelecidas no Brasil. Para gerar resultados a essas reflexões, foi desenvolvido um trabalho de campo, no Rio de Janeiro, com o grupo *Diversidade Católica* visando encontrar narrativas de violências vividas pelos LGBTI+ nas comunidades católicas brasileiras que tenham gerado formas de resistência para permanecer ocupando os espaços coletivos da religião Católica.

Palavras-chave: LGBTI+; biopolítica, normatividade; violência; Igreja Católica.

ABSTRACT

This work aims to deconstruct the compulsory norm about sexuality and gender identity in society. Specifically, it identifies the violence of this normativity in the discourse of the Brazilian Catholic Church regarding the LGBTI+ community. As a way to open paths of permanence on the religiousness, this study develops powerful strategies to be used by queer members associated with the parishes in Rio de Janeiro. Through the biopolitics concept of Michel Foucault, this literature seeks to find normativity relations among doctrines institutionalized by the Catholic Church. In order to achieve this goal, the study contextualizes these normatives with the concept of structural violence presented by Marilena Chauí in the social relations established in Brazil. As a means to evaluate these deliberations, a field study was conducted in Rio de Janeiro with the group *Diversidade Católica*. This survey captured the violence experienced by the LGBTI+ in the Brazilian Catholic communities, and the strategies of resistance used to keep occupying the collective environments of the Catholic religion.

Keywords: LGBTI+; biopolitics; normativity; violence; Catholic Church

SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO	20
2.1 A biopolítica, a sexualidade e a normatividade	20
2.2 A Igreja Católica e a violência estrutural no Brasil	35
2.2.1 A religiosidade Católica	35
2.2.2 A violência estrutural do catolicismo no Brasil	43
3 CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES	79

1 INTRODUÇÃO

A cultura das sociedades ocidentais que conhecemos hoje, diretamente influenciada pelo Cristianismo, veio se estabelecendo em cima de valores sociais que deslegitimam, desmoralizam, invisibilizam e violentam todas as identidades LGBTI+, além de interromperem a liberdade de pertencimento e ocupação nos diferentes espaços públicos e políticos existentes na sociedade. Ainda no século XXI, após passados mais de dois mil anos, as diversidades sexuais e de gênero continuam sofrendo ataques de violência e intolerância nas relações familiares, interpessoais e profissionais, nas instituições sociais de poder e, especialmente, na profissão de fé pregada pela instituição da Igreja Católica.

Fundamentado em política, cultura, religião, gênero e sexualidade, junto a uma vivência empírica no campo, este trabalho monográfico busca analisar como os discursos sobre os corpos LGBTI+ são disputados dentro da Igreja Católica, como são estruturalmente violentados pela instituição através da normatividade e quais são as estratégias de resistência e permanência nas espaços católicos, sobretudo, com base na experiência do grupo *Diversidade Católica* do Rio de Janeiro no início da década de 20 do século XXI. Perpassaremos os caminhos conservadores traçados pela Igreja na política, na cultura, na religiosidade e na sexualidade a fim de entender o modo pelo qual a instituição atua na produção de corpos sociais cis e heteronormativos.

A sigla LGBTI+ será usada durante toda a monografia, afirmando que essas letras adotadas e o símbolo “+” referem-se a todas as letras já incluídas na representação das identidades sexuais e de gênero. Entendo o termo como estrategicamente inclusivo e o utilizarei com o intuito de representar todos os corpos que fogem ao padrão cis heteronormativo e às relações binárias, patriarcais e monogâmicas que desenvolvemos ao longo da vida em sociedade. Todas as inúmeras possibilidades de identidades de corpos dissidentes, identificados ou não nas siglas maiores (LGBT, LGBTTT, LGBTTTQI, LGBTTTQIA, LGBTQIA e outras) estão incluídas na sigla LGBTI+.

Jaqueline Gomes de Jesus, uma mulher trans brasileira, professora e pós-doutora em psicologia e pesquisadora líder do grupo ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ) -, costuma usar em sua literatura e em seus discursos a sigla LGBTI. Ela aponta que é a sigla que mais vem

sendo utilizada atualmente nos referenciais de estudos e pesquisas no Brasil, abrangendo todas as diversidades de corpo, de gênero e de sexualidade através das letras L, referente às lésbicas, G aos gays, B aos bissexuais, T para referir-se a todas as identidades trans, e I referente às pessoas intersexo. (JESUS, 2012) Para que não falte representatividade de alguma identidade não descrita na sigla, acrescentei o símbolo "+", incluindo todas as sexualidades, as assexualidades, os gêneros não binários e todas as possibilidades de identidades que existem ou ainda venham a existir na multidão *queer* um dia.

Sobre o termo "*queer*", representado no Q em algumas siglas, é um termo específico originado da língua inglesa e utilizado na literatura especializada como uma expressão "guarda-chuva" que, a grosso modo, designa todas as possibilidades de corpos e identidades não normativas. A teoria *queer* se afirmou na apropriação da existência da multiplicidade dos corpos para questionar a normatividade e desconstruí-la. O objetivo não é tentar embutir a diversidade na sociedade da norma, mas sim "desnormalizar" a sociedade em toda a sua estrutura.

A estratégia é esclarecer que não precisamos necessariamente da definição da nossa sexualidade, do nosso gênero e da nossa forma de existir e viabilizar a possibilidade de sermos singulares dentro das nossas semelhanças e diferenças, reafirmando ser essa a mais potente forma de existência na sociedade. A apropriação de termos como "sapatão" e "viado", usados pejorativamente para discriminar os corpos LGBTI+, são trazidos pelo movimento *queer* como "arma de resistência", não para pedir espaço para existir negando e ofuscando os termos, mas sim reafirmando-os, mesmo nessas denominações, para anunciar que estamos em todos os lugares e que as expressões não vão nos ofender, mas sim nos empoderar. A finalidade é quebrar o sistema de padronização cis heteronormativo para que todo corpo possa e "deva" existir, expressar-se e relacionar-se livremente.

Judith Butler, uma filósofa estadunidense e uma das principais teóricas contemporâneas da teoria *queer*, fala no seu discurso, em sua vinda em 2015 ao Brasil¹, sobre dois pontos interessantes de pensar a palavra e o significado de *queer*.

¹O discurso foi transcrito e interpretado do original "*In my view, the word 'queer' takes on importance for many reasons. I recognize that it may not translate, that other words that may well prove to be more moving and more mobilizing. But if queer is continue to have contemporary meaning for us, it must retain at least, two senses: one sense, that of deviation, of straying from the norm, of opening up for the unexpected. A second sense, that of an alliance, rather than an identity, among groups of people who do not otherwise find much in common and between whom there is, sometimes, even suspicion and*

Judith apresenta a importância do termo na contemporaneidade através de dois sentidos: “um sentido, o de desvio e afastamento da norma, de abertura para o inesperado. Um segundo sentido, o de uma aliança, mais do que uma identidade, entre grupos de pessoas que não encontram nada em comum entre os quais existem.” Sendo assim, o termo é usado, não só neste trabalho como nas lutas políticas de gênero e sexualidade, em um âmbito revolucionário de transbordar as possibilidades de existência e de identidades já afirmadas e utilizadas pela comunidade LGBTI+.

Também por isso, acho importante incluir os interssexuais no LGBT+, dando espaço a um corpo totalmente invisibilizado e tratado como anômalo, extremamente violentado, fetichizado e, muitas vezes, castrado em seu nascimento, reiterando-os como potência de quebra do sistema político falocêntrico introjetado na leitura social e sexual dos corpos.

A questão central desta monografia busca analisar quais as estratégias que os LGBTI+ vem desenvolvendo para existir na espiritualidade e na religiosidade católicas de modo a resistir às pressões sociais e superar os processos de violência histórica e estruturada na cultura do catolicismo no Brasil.

A Igreja Católica Apostólica Romana se instrumentou na “oficialização” do discurso religioso do Cristianismo e foi, por muitos anos, uma das instituições hegemônicas de regulação das ações e da existência dos corpos sociais baseada no homem branco, cis e heterossexual. Prega e institucionaliza o conservadorismo das tradições normativas a partir dos seus dogmas e dos ensinamentos relatados no discurso da Bíblia.

Esse tradicionalismo da Igreja Católica pode ser considerado uma resposta a um longo e complexo histórico de poder político vinculado ao Estado, o qual não adentraremos nessa pesquisa. É importante apenas ressaltar que os valores cristãos moldam a referência geral da moral que atravessa grande parte da sociedade. A cultura ocidental, e em foco, a cultura brasileira carrega traços e referências diretas dos ensinamentos católicos, presentes por exemplo, na contagem dos anos, nos feriados nacionais, nas expressões linguísticas, nas festividades e, de forma relevante a este trabalho, na referência do certo e errado em relação aos princípios morais ligados aos relacionamentos afetivos e sexuais.

antagonism. That sense of queer marks a field of connection, erotic and political and also the affirmation of difference that cannot be easily overcome by a unified identity.”

Diante da forte presença católica na sociedade brasileira, esses ensinamentos costumam interferir na experiência e na trajetória dos corpos LGBTI+, deixando marcas e feridas, tanto individuais quanto coletivas. E é nesse sentido que nos interessa investigar como os católicos LGBTI+ reagem diante dessa realidade: insistem? Acomodam-se? Opõem resistência? Desistem da religião? Renunciam às suas identidades sexuais e de gênero? Até que ponto isso é possível? Como tentam compatibilizar sua identidade dissidente com as práticas do catolicismo?

Levando em consideração essas constatações ao longo dos anos cursando Produção Cultural, buscando entender a presença da cultura nas manifestações da sociedade e nos caminhos por ela percorridos, optei por focar meus estudos do Trabalho de Conclusão de Curso na existência das incontáveis variedades de corpos, de gêneros e de sexualidades e em seus pontos conflitantes com a religiosidade e com a cultura da instituição católica no Brasil.

Observamos que as regras impostas pela estrutura social e pela instituição religiosa repercutem de forma muito agressiva nos LGBTI+. No entanto, diante da grande quantidade de diversidades atuando na Igreja, percebemos também que as contradições que causam o conflito “sexo-religioso”² não os impedem de querer permanecer na Igreja, seja pela própria fé e espiritualidade ou pelo pertencimento à comunidade.

A atuação cada vez mais assídua dos LGBTI+ cristãos nas atividades das comunidades católicas vem tornando insustentável o discurso fundamentalista sobre essas identidades e aponta a necessidade de seguirmos debatendo a questão LGBTI+ na instituição e rompendo barreiras sociais, culturais e ideológicas sobre a existência, o pertencimento e a permanência das diversidades no corpo e nas comunidades da Igreja Católica. A influência católica na cultura brasileira ultrapassa o conjunto de fiéis praticantes presentes nas paróquias semanalmente, alcançando também LGBTI+ que não costumam ir aos templos, mas acreditam e professam a fé baseada no catolicismo.

Para realizar esta pesquisa, escolhi frequentar os encontros do grupo *Diversidade Católica - Rio de Janeiro (DC)*, no período entre Julho de 2018 e Novembro de 2019, com o propósito de observar os discursos leigos e católicos relativos ao pertencimento dessas pessoas nas atividades da Igreja. O *Diversidade*

² Neologismo criado por mim para definir os conflitos existentes entre a sexualidade e a religiosidade.

Católica é um grupo que desenvolve mecanismos de atuação e inclusão dos LGBTI+ no catolicismo e, atualmente, acessível a presença em campo, dispõe de um rico material de pesquisa para gerar questionamentos e esclarecimentos que objetivam responder às questões centrais deste trabalho. Minha frequência nos encontros busca acompanhar relatos de LGBTI+ cristãos e católicos e identificar, nas diversas narrativas de violência e de resistência, os caminhos de luta pela permanência de todas as diversidades de corpos no catolicismo.

Além da observação participante no *DC*, foi desenvolvido um formulário, disponibilizado nas mídias sociais, tanto com respostas objetivas, a fim de gerar estatísticas, quanto com respostas descritivas, no intuito de trazer voz às narrativas LGBTI+ “despotencializadas” por esse processo discriminatório e segregador da Igreja Católica.

Desencorajados a se posicionar diante da discriminação histórica e política das homossexualidades, grande parte dos indivíduos LGBTI+ ainda vivem no armário, se escondendo nas regulamentações cis, heterossexuais e monogâmicas, as quais seguem predominantes na vida dos brasileiros e, em especial, na vida dos cristãos católicos religiosos. Em paralelo ao estudo social, vamos observar os diálogos com a própria subjetividade LGBTI+ nesse contexto e as opressões e violências travadas individualmente nas práticas religiosas diante do conservadorismo institucional da religião.

Em respeito aos critérios de privacidade, as respostas reunidas no formulário serão relatadas de forma anônima, garantindo a não identificação dos seus participantes. O questionário foi divulgado tanto para os integrantes do *DC*, quanto para as demais pessoas LGBTI+ cristãs e católicas e, também, para pessoas que sejam atravessadas de alguma maneira pelo catolicismo. As questões a serem respondidas são focadas nas violências vividas pelos LGBTI+ na Igreja, na identificação pelas práticas religiosas e nas estratégias estabelecidas para tentar viver a religiosidade e resistir aos ataques LGBTIfóbicos por eles sofridos.

Diante dessas observações, alguns pontos específicos são relevantes a serem investigados nesta pesquisa: entender o funcionamento da instituição católica na gestão da sexualidade, não só dos fiéis LGBTI+ como de todos os indivíduos que fogem ao padrão cis heteronormativo; identificar as diversas formas de violência pelas quais os LGBTI+ passam dentro da sua religiosidade católica e entender como a sociedade foi fortemente estruturada nessa violência; explorar a relação entre a

sexualidade e a religiosidade enquanto parte da subjetividade do indivíduo e as diferentes maneiras de afetação dos LGBTI+; através das pesquisas de campo, investigar quais as estratégias de permanência dos LGBTI+ nesse espaço físico e relacional dentro da comunidade católica; registrar os resultados da convivência, dos depoimentos e do trabalho de partilha e acolhimento do grupo *Diversidade Católica - Rio de Janeiro*.

É importante destacar que o momento político em que este trabalho foi desenvolvido coincidiu com um retrocesso nos avanços da sociedade brasileira acerca das lutas pelas minorias sociais e pelas diversidades, uma vez que o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, cujo mandato teve início em 2019, reafirma os valores tradicionais normativos, despotencializando as diversidades sociais através do seu discurso de ódio e de violência. Sob muita luta, vínhamos ocupando os espaços de representatividade na sociedade de forma cada vez mais presente, e os tempos ficaram politicamente mais sombrios. Esse enrijecimento dos padrões conservadores e fundamentalistas fere diretamente as possibilidades de resistência dos LGBTI+ na política e na coletividade, deslegitimando o processo de ocupação desses corpos nas instituições cristãs. Com esse acontecimento lamentável, apresento este trabalho reiterando meu ato de resistência na militância enquanto mulher, bissexual, católica, produtora cultural e brasileira.

Por outro lado, apesar das adversidades políticas atuais que incidem na sociedade brasileira, a partir de 2013, com a nomeação do Cardeal Bergoglio ao papado, houve uma interferência nos paradigmas eclesiais conservadores que vem permitindo um diálogo institucional essencial pela luta e pela visibilidade das diversidades no catolicismo. Papa Francisco é o primeiro papa latino-americano, o primeiro sul-hemisférico, o primeiro a usar o nome “Francisco” em seu mandato e o primeiro papa jesuíta da história da Igreja Católica. A ordem dos Jesuítas (Companhia de Jesus) aborda a moral católica, na prática, de forma menos tradicionalista e “literal”, baseada na missão de evangelização e no acolhimento e inclusão de todas as pessoas na fé católica.

O *Diversidade Católica* atravessa caminhos eclesiais perpassados pela espiritualidade Inaciana, não só, mas também pelo contato com os *Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola*³. Como autoridade máxima da Igreja, Francisco

³Os EEs de Santo Inácio de Loyola são exercícios de orações mentais, vocais, meditações e formas de elevar o próprio espírito a Deus através da oração. Os Centros de espiritualidade Inaciana são

apresenta uma dinâmica de acolhimento aos marginalizados e abre um espaço político de diálogo com as diversidades culturais, identitárias e sexuais e, conseqüentemente, balança o fundamentalismo e fortalece, de forma relevante, a militância rumo aos direitos religiosos, cidadãos e de vida dos LGBTI+, contrariando a tendência normativa historicamente hegemônica representada pela Igreja Católica Apostólica Romana.

O primeiro capítulo visa trabalhar o conceito de biopolítica para entender a atuação das instituições sociais na produção da normatividade na sexualidade enquanto um dispositivo de poder e gestão dos corpos políticos. O segundo capítulo pretende atravessar os dogmas e as doutrinas do catolicismo, entendendo as configurações de pecado sobre o sexo e as sexualidades a fim de relacionar tais doutrinas à violência estrutural sobre os LGBTI+ na sociedade brasileira. No terceiro capítulo, por fim, através do material recolhido, o objetivo é explicitar quais as violências sofridas pelos LGBTI+ e, através das estratégias de resistência encontradas, buscar novos caminhos de permanência na Igreja Católica.

Para tratar do assunto, o levantamento bibliográfico de referenciais teóricos nos direcionam às ideias e aos pensamentos observados e embasados nos autores Michel Foucault, com *História da Sexualidade I* e *A Ordem do Discurso*; Paul B. Preciado, com *História da Tecnossexualidade In. Teste Junkie* e *Multidões Queer: notas para uma política dos "anormais"*; Marilena Chauí, com *Escritos de Marilena Chauí: Sobre a violência*; Além desses autores, outras autoras são referência nos estudos do trabalho, como Jaqueline Gomes de Jesus, Berenice Bento e Judith Butler, todas pesquisadoras do campo de gênero e sexualidade. Para fundamentar as doutrinas religiosas, busco referências na *Bíblia de Jerusalém* e no *Catecismo da Igreja Católica*; Acerca dos pensamentos contemporâneos sobre sexualidade e religião, são utilizadas a tese de mestrado e o livro, baseado na dissertação, *Vimos pra Comungar*, da Cris Serra e o artigo *Homoafetividade e evangelização: abrir caminhos*, do Padre Luís Corrêa.

Nessa trajetória de formação de valores hegemônicos conservadores, lançaremos mão do pensamento de Michel Foucault, filósofo francês, que pensou a sociedade a partir de meados do século XVIII através de um regime político disciplinar utilizou dos micropoderes para produzir uma normatividade compulsória nos corpos

como escolas que visam instruir aos cristãos alguns métodos à prática de oração e elevação da alma e centralidade individual.

sociais como forma de obtenção de poder. Esse modelo de gestão utilizou as instituições sociais para produzir discursos de verdade hegemônica sobre a sexualidade, moldando os indivíduos e os direcionando a uma normatividade com o objetivo de regular a vida e gerar corpos dóceis e úteis ao sistema econômico e produtivo. Nessa circunstância, pensaremos a Igreja Católica, através da religiosidade e produção de afetos como micropoder político de gestão de valores e desejos, apresentando o modelo cis heteronormativo como hegemônico na sociedade⁴.

Paul B. Preciado apresenta o conceito de “sexopolítica” como um desdobramento contemporâneo das premissas apresentadas por Foucault a respeito dos corpos padrões na biopolítica. Apresenta a utilidade física dos órgãos sexuais e as possibilidades de prazer dos corpos como potência, onde as expressões sexuais e anatômicas do corpo são diretamente atreladas à identidade de gênero. Esta norma, segundo Preciado, foi apropriada pelo capitalismo para produzir corpos padrões que direcionam a anatomia dos órgãos sexuais exclusivamente a um modelo reprodutivo e funcional, adaptável às tecnologias sexuais apropriadas pela medicina e pelas mídias para produzir a binaridade de gênero, determinar a masculinidade e da feminilidade compulsórias a fim de ratificar formas “normais” de existência dos corpos.

A estruturação da normatividade no Brasil se baseou na ocupação territorial e na formulação da sociedade em um processo colonial fortemente violento. A violência estrutural foi construída como uma violência “acidental” e se apresenta de forma velada e “não existente” na cultura, nos hábitos e nos discursos dos brasileiros. Essa ideia é trabalhada por Marilena Chauí no mito da não violência brasileira, invisibilizada e institucionalizada, usada quando “necessário” para defender a lei, a pátria, a religião e os valores tradicionais. A estrutura social da Igreja Católica, enquanto instituição biopolítica, atravessa a catequização da sociedade brasileira e a consolidação das doutrinas e valores cristãos através de processos e identidades determinadamente violentos e opressores, que ainda atuam na contemporaneidade e que cuidadosamente trabalharemos nesta monografia.

⁴A Igreja Católica não foi diretamente estudada por Foucault como uma instituição disciplinar no sistema biopolítica. Na lógica foucaultiana, a instituição pertence a um momento anterior, das sociedades de soberania. Os micropoderes disciplinares modelares, para Michel Foucault, são a escola, a família, o quartel, a fábrica, a prisão, o hospital etc. Neste trabalho, farei um desvio para pensar, no momento presente, as formas que as igrejas atuam no sentido da disciplina.

As metodologias utilizadas nesta pesquisa são empírico-analítica, bibliográfica, observação-participante em campo e análise de dados, configurando os resultados da forma mais completa possível.

Apresento meus estudos em Produção Cultural e minha identidade LGBTI+ religiosa como ponto de partida e de formulação das questões que atravessam este TCC a fim de acrescentar meus conhecimentos aos estudos sociais e culturais acadêmicos sobre as sexualidades e as identidades de gênero. A pesquisa visa dar mais um passo ao objetivo revolucionário de quebra dos paradigmas estabelecidos pelo conservadorismo religioso incompatíveis com os processos de crescimento e estabelecimento de relações sociais justas e inclusivas. Portanto, acredito que este trabalho venha acrescentar uma legitimidade nas lutas pela democracia cultural e pela visibilidade e presença atuante da comunidade LGBTI+, não somente na Igreja Católica, como também nas universidades, nos cargos políticos e no direito inerente a todo cidadão de perpassar e integrar todos os espaços sociais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A biopolítica, a sexualidade e a normatividade

A sociedade a qual conhecemos e vivemos hoje se configura e se sustenta pelos diversos e perversos processos de desigualdades sociais, que estão, na maioria das vezes, intrínsecos à engrenagem do sistema capitalista. Essas desigualdades verificam-se, por exemplo, no tratamento de classe social, de raça, de cor, de gênero e de tudo que escapa do paradigma dominante e inferiorizado, subalternizado e, em regra, marginalizado da sociedade hegemônica, que encontra dificuldades e bloqueios em considerar isonomicamente os desiguais.

Para além das relações econômicas de privilégios e de oportunidades oferecidas aos mais ricos, a proposta é pensarmos nos processos políticos que se dão no corpo enquanto objeto político de poder e controle e, entendendo os sexos e os desejos dos corpos, apresentar como o sistema seleciona, padroniza e desiguala as diversas identidades de gênero, de sexualidades e as diferentes formas possíveis de relações.

A fim de alimentar e manter os interesses dominantes, o sistema atua na relação de poder, seja dos países do hemisfério norte sobre os do hemisfério sul, dos territórios centrais sobre as periferias, das populações brancas sobre as populações negras, do homem cis hetero sobre as demais expressões de identidade de gênero e de sexualidade, e em tudo que implique assegurar relação de poder dos mais fortes sobre os mais vulneráveis.

Nesse sentido, no quinto capítulo - *Direito de morte e poder sobre a vida* - de seu livro *História da Sexualidade I* (1999b), Michel Foucault recortou a sociedade desde meados dos séculos XVI e XVII em diante, e pensou os processos de obtenção de poder partindo da dominação política dos corpos. Apresentou o corpo social como mecanismo de gestão da vida e da morte, da reprodução e do trabalho braçal, dos valores sociais e dos desejos do sexo. Os corpos são potentes armas políticas: uma vez dominados, são feitos de massa de manobra e respondem aos estímulos do governo como peças que giram as engrenagens do sistema; quando politizados e conhecedores dos seus direitos, resistem, se articulam e se voltam de forma

revolucionária contra o próprio sistema. A gestão dos processos fisiológicos, sociais e comportamentais originou corpos dóceis, obedientes e limitados de desejos. E um ponto falha ao controle e escapa do estrito domínio político: o sexo e as sexualidades. Uma vez identificada a preciosidade e a ameaça dos corpos ao sistema político, apresenta-se o que Foucault chamou de *Biopolítica*.

A organização desse regime veio produzindo um modelo padrão de corpo que busca invisibilizar as diversidades e resumir todos os corpos a um único estereótipo, atribuindo valor, representatividade e funcionalidade sexual a cada tipo e cada órgão do corpo. Paul B. Preciado, um filósofo e teórico contemporâneo, diz em “História da Tecnossexualidade” (2018) que “A sexopolítica disciplinadora ocidental (...) resume-se a uma regulação das condições de reprodução da vida ou aos processos biológicos que ‘dizem respeito à população.’” (n.p). Assim, os corpos condescendentes e privilegiados referem-se aos corpos falocêntricos, cis gênero, brancos e heterossexuais que corroboram com a monogamia e com o patriarcado e, por sua vez, são funcionais e únicos passíveis de investimento político e de atribuição de poder. Preciado aponta que “para a sexopolítica do século XIX, o corpo heterossexual é o artefato que vai alicerçar o maior sucesso do governo.”. (*Ibidem*)

Michel Foucault, em observação da sociedade de soberania, nos leva a observar as dominações a partir do privilégio do soberano de eleger deliberadamente os corpos que teriam o direito de viver e os que deveriam morrer e usava a morte e o sangue como base do controle político. A decisão sobre a vida ou a morte dos indivíduos configurava aos monarcas uma relação de domínio da sociedade pelo medo e pela violência. A validação da vida não se estabelecia pela valorização da existência humana: alguns corpos eram utilizáveis para a manutenção das estruturas de poder e outros descartáveis por ameaçar tais disposições de interesses.

O soberano só exerce seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como ‘de vida e morte’ é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver. (FOUCAULT, 1999b, p.127)

Durante muitos anos, a gestão da morte foi mecanismo de poder e controle das atividades da população. O poder pela eliminação da vida foi perdendo aos poucos o sentido e a efetividade. A humanidade começou a alcançar novas formas de existir e, portanto, a objetiva pena de morte tornou-se ineficiente. Era necessária uma nova

estratégia. A partir do século XVII aproximadamente, o processo de dominação da vida passou de um modo de soberania - matar ou deixar viver - a um modo disciplinar, de gestão da vida e seus processos físicos de existência. Investir e regulamentar os corpos dentro do sistema de dominação tornou-se o caminho mais efetivo de poder, uma vez que o controle dos processos biológicos que caracterizam o corpo humano passaram a gerar benefícios de interesse político.

Com isso, as instituições de estado tiveram um papel importantíssimo na produção de corpos dóceis e úteis ao sistema. Eram produzidos corpos para movimentar máquinas, produzir matérias de trabalho, usar a força e a aptidão física para nutrir o capitalismo e adaptar a existência do corpo ao modelo de repetição e reprodução de comportamentos. Um corpo que tanto agia e pouco pensava e sentia, tinha sua função tendenciosamente material a fim de gerar seres humanos potencialmente utilizáveis ao sistema e limitados dos próprios desejos.

Sabemos quantas vezes se colocou a questão do papel que uma moral ascética teria tido em toda a primeira formação do capitalismo; mas, o que se passou no século XVIII em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, foi um outro fenômeno, talvez de maior amplitude do que essa nova moral que parecia desqualificar o corpo: foi nada menos do que a entrada da vida na história — isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder — no campo das técnicas políticas. (FOUCAULT, 1999b, p.132)

A estratégia de dominação se assegura na formação de valores morais categóricos, na determinação de um padrão de comportamento, na definição de um único tipo de corpo e na orientação binária de identidade sexual, de gênero e de performatividade de gênero. Não vamos desenvolver o conceito de identidade e performatividade na pesquisa, mas não temos como ignorar a importância dessas referências na constituição da sexualidade e do gênero na personalidade dos indivíduos.

A normatividade não apareceu como uma sugestão à vida, mas sim como uma verdade absoluta e um modelo único possível de existência. Foucault fala:

Uma outra consequência deste desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, à expensas do sistema jurídico da lei. A lei não pode deixar de ser armada e sua arma por excelência é a morte; aos que a transgridem, ela responde, pelo menos como último recurso, com esta ameaça absoluta. A lei sempre se refere ao gládio (...) um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos

contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma.(...) a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. (FOUCAULT, 1999b, p. 134)

A organização do modelo doutrinário de gestão investiu nos corpos, em seus comportamentos e em sua presença nos espaços para determinar regras e limitar as variedades de pessoas e personalidades. Esses corpos diversos, no funcionamento do sistema, têm menos valor que os corpos normativos, uma vez que seus comportamentos sociais divergem dos padrões de poder e de interesses políticos.

As diferentes formas de como vivem, se apresentam e se relacionam são propositadamente deslegitimadas e desrespeitadas pela reafirmação da lei. O sistema capitalista não funcionaria sem que uma pequena parte da população fosse privilegiada e outra, em maioria, desfavorecida e, portanto, essa diferenciação dos corpos é chave dos mecanismos de controle sobre as vidas e sobre a manutenção de poder. A atuação da lei nessa consolidação de novas formas de poder através do corpo foi determinante para instituir valores absolutos da sociedade padrão cisgênero e heterossexual compulsória, presentes e instituídos até hoje na cultura das sexualidades.

A partir disso, um pouco mais tarde, a gestão do corpo voltou-se para o que Foucault chamou de “corpo-espécie”, ou seja, o “corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (FOUCAULT, 1999b, p.130), também dominados e direcionados para as necessidades produtivas do sistema capitalista, orientando a vida em todo o seu funcionamento: a procriação, os nascimentos e a mortalidade, a expectativa de vida, a saúde física, a ingestão de substâncias desnutritivas, tóxicas e agressivas e tudo que seria capaz de variar e direcionar o processo biológico e físico de existência do corpo. Neste momento, por volta da metade do século XVIII, os corpos já “respondiam” à normatividade e à diferenciação de um corpo em detrimento do outro.

Entretanto, essa aceitação da norma não se manteve de forma linear e absoluta. Os corpos são compostos por vida e por respostas involuntárias de subjetividade e expressividade. Os movimentos de resistência ao sistema do século

XX, em especial LGBTI+, a partir de meados de 1960, com a visibilidade da Rebelião de Stonewall⁵ nos EUA, vêm se estabelecendo e, sob muita luta e muitas mortes, tomando grande proporção, ocupando novos espaços e, conquistando aos poucos, ainda hoje, a legitimidade para existir enquanto diversidade fora da normatividade.

As instituições sociais, na sociedade da soberania, operaram diretamente na doutrinação desses corpos, atribuindo verdade ao discurso institucional e influenciando nos valores e nas tradições culturais dos povos e nações ocidentais. Essas instituições, chamadas por Foucault de micropoderes, exerceram uma posição essencial no sistema de doutrinas e seguiram atuando no adestramento dos corpos, determinando formas de pensar e agir, formando referências de certo e errado nos hábitos e nos valores, atuando na construção das leis, da ordem, da obediência, da crença, dos valores morais e, em especial, no estranhamento e repulsa às diversidades sexuais presentes em todo o desenvolvimento da vida.

Foram formulados padrões e regras as quais as instituições assumem a responsabilidade de promover sentido e aceitação das leis e do discurso de verdade em cada campo social de atuação em nome do controle e do poder. O sistema institucional, através da reafirmação e repetição de rituais, conjura no discurso a imposição do lugar que cada corpo deve ocupar e se identificar.

A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que deve possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (FOUCAULT, 1999a, p. 38 e 39)

⁵Stonewall é um bar presente na cidade de Nova York, nos EUA, conhecido até hoje pela representatividade LGBTI+, que protagonizou a revolução, ocorrida na madrugada de 28 de Junho de 1969, marcada pela invasão do local por policiais que agrediram os frequentadores alegando não estarem vestidos “adequadamente”. Tanto os frequentadores do bar quanto as pessoas que estavam em volta reagiram atirando objetos, colocando fogo nas ruas e criando uma multidão de resistência, não só no dia do ataque, como nos dias consecutivos. Este episódio, não só marcou o Dia Internacional do Orgulho LGBT, como foi o estopim das demais revoluções pela visibilidade LGBTI+ pelo mundo.

Quando Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1999a), trabalha o discurso institucional, apresenta como “vontade de verdade” uma sucessão de procedimentos e regras em torno da ordem do discurso a fim de instituí-lo e impedir que possa ser usado por qualquer pessoa como forma de poder. Existe uma disputa pelo discurso e no discurso para reiterar o que se entende por verdade e, quando pensamos os rituais da palavra nas sociedades de discurso, os grupos doutrinários sociais e institucionais, para Foucault, criam uma teia a qual ele chama de sistema de sujeição do discurso. Não são somente os rituais da palavra, é a combinação de todos os fatores atribuídos a ordem discursiva que refletem a grandeza e a autenticidade da instituição social que cria esses sistemas de política discursiva de controle e de disciplina.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 1999a, p. 9)

A presença de um discurso institucional de verdade nos micropoderes determinou uma série de comportamentos e apresentações acerca da sexualidade e da identidade de gênero, produzindo uma ideia de que a heterossexualidade e a cisgeneridade são intrínsecas à humanidade e a um processo natural e único da vida. Criou uma verdade na qual esta identidade seria “o normal” e, conseqüentemente, o aparecimento de outras identidades diferentes desta seriam “anormais”, “aberrações”, promiscuidade, manifestações de distúrbios e de doenças psicológicas, além de criar a perspectiva de que a sexualidade e a identidade de gênero seriam escolhas e que poderiam ser alteradas através de doutrinações.

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (*Ibidem*)

A ordem atribuída ao discurso institucionaliza sua doutrina como verdade em cada área de atuação e função social - a escola pelo discurso educacional, o hospital

pelo discurso médico, o quartel pelo discurso militar, a igreja pelo discurso religioso - e legitima mais especificamente a representação de quem ordena o discurso - o monarca, os burgueses, o clero, os professores, os médicos - moldando de forma direta as identidades e apresentações dos indivíduos nos aspectos físicos, comportamentais, ideológicos, identitários e sexuais a serem seguidas de forma compulsória. De forma mais específica, doutrina-se as formas de pensar, de agir, de falar, de gesticular, moldando e lapidando todos os corpos de modo a reproduzirem procedimentos e hábitos sociais, sem que se questionem sobre as incoerências e incompatibilidades com o próprio corpo e a própria subjetividade.

Ainda que seja legitimado e aceito por grande parte dos indivíduos através de um violento processo de insistência e supremacia institucional, alguns deles não respondem aos estímulos da normatividade e questionam os discursos absolutos a partir da percepção de seus corpos, seus desejos, seus prazeres, suas identificações e sua subjetividade, encontrando brechas para uma nova existência no sistema biopolítico, que por sua vez, suprime, marginaliza e deslegitima as aparições das diversidades, expondo esses corpos constantemente a invisibilidade ou ao extermínio.

Quando observamos a trajetória desenvolvida pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICR) desde a sua fundação, percebemos que a Instituição esteve presente e diretamente atuante na organização sociopolítica ocidental. Essa posição de poder institucional atuou e atua até hoje como micropoder através dos ensinamentos cristãos registrados na Bíblia, da auto validação dos ritos e dogmas católicos e da hegemonização das doutrinas estabelecidas pela Igreja.

O Catolicismo atua na doutrina da fé monoteísta cristã, nas relações sociais e nos moldes familiares, estabelecendo regras sobre como viver ou deixar de viver os desejos, os impulsos, os prazeres e as vontades, não só do corpo, como também da subjetividade e da espiritualidade. A institucionalização da fé, dos ritos, das práticas, dos discursos e dos valores católicos, através da tradição e da história da Igreja Católica, reiteram a vontade de verdade moldada e reafirmada pela própria Igreja ao longo dos séculos em grande parte da sociedade.

O “Catecismo da Igreja Católica” (2000) é o livro oficial de exposição da fé e da doutrina católica, reconhecido pela Tradição Apostólica⁶ e pelo Magistério da Igreja⁷. Sobre a institucionalização da fé e da Igreja como verdade, ele diz

O homem tende naturalmente para a verdade. É obrigado a honrá-la e testemunhá-la: “É postulado da própria dignidade que os homens todos, por serem pessoas... se sintam por natureza impelidos e moralmente obrigados a procurar a verdade, sobretudo a que concerne à religião. São obrigados também a aderir à verdade conhecida e a ordenar toda a vida segundo as exigências da verdade”. (CIC, 2000, p. 635)

Quando Foucault aponta os mecanismos de exclusão do discurso de verdade, a interdição aparece fortemente na ordem discursiva da Igreja, uma vez que os corpos e as sexualidades dissidentes tornaram-se o tabu do objeto, as igrejas e comunidades formam o ritual da circunstância e o clero é quem carrega o direito privilegiado e institucionalizado do discurso de verdade a respeito desses corpos e identidades.

Toda instituição se inspira, ainda que implicitamente, numa visão do homem e de seu destino, da qual deduz os critérios e de seus juízos, sua hierarquia de valores, sua linha de conduta. A maior parte das sociedades tem referido suas instituições a uma certa preeminência do homem sobre as coisas. (CIC, 2000, p. 586)

Com isso, dentro do espaço clérigo, não são todas as pessoas que podem falar sobre os corpos e suas inúmeras possibilidades de existência, assim como as diversidades sexuais que existem não devem ser mencionadas e “destabilizadas”, pois a existência de um discurso único sobre como devem ser os corpos, como devem agir e lidar com os prazeres carnis e como devem se apresentar e representar na

⁶ A Tradição Apostólica, tanto oral quanto escrita, é a transmissão das revelações Divinas através dos Apóstolos, que registraram e repassaram os ensinamentos de gerações em gerações. “A tradição da qual aqui falamos é a que vem dos apóstolos e transmite o que estes receberam do ensinamento e do exemplo de Jesus e o que receberam por meio do Espírito Santo. (...) É à luz da grande Tradição que estas podem ser mantidas, modificadas ou mesmo abandonadas, sobre a guia do Magistério da Igreja.” (CIC, 2000, p. 35)

⁷ O Magistério da Igreja Católica é a central de ensinamento oficial da Igreja, formada pela sucessão de papas e bispos que interpretam a Tradição escrita (Bíblia) e a Tradição Oral (vinda dos Apóstolos) junto às experiências vividas e instruídas pelo Espírito Santo a todos os fiéis, leigos e estudiosos, e autenticam as informações em torno da fé e da religiosidade.” O ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo”, foi confiado aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o Bispo de Roma” (CIC, 2000, p. 36)

sociedade se fecha no que é dito pela instituição, isto é, apenas os corpos e identidades cis, hetero e monogâmicas.

Só a religião divinamente revelada reconheceu claramente em Deus, Criador e Redentor, a origem e o destino do homem. A Igreja convida os poderes políticos a referir seu julgamento e suas decisões a esta inspiração da Verdade sobre Deus e sobre o homem. (*Ibidem*)

Quando o discurso é ritualizado pela religiosidade e pela repetição do ritual, a fala do padre torna-se absoluta e incontestável dentro das regras da instituição. Os processos interditórios do discurso católico sobre os corpos LGBTI+ se afirmam nessa relação de poder atribuída ao discurso institucional da Igreja Católica.

O dever de prestar a Deus um culto autêntico diz respeito ao homem individual e socialmente. Esta é "a doutrina católica tradicional sobre o dever moral dos homens e das sociedades em relação à verdadeira religião e à única Igreja de Cristo". Evangelizando sem cessar os homens, a igreja trabalha para que estes possam "penetrar de espírito cristão as mentalidades e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem". (CIC, 2000, p. 554)

O que efetiva na religiosidade a doutrinação rígida e normativa imposta pelas leis católicas é a fé e a rendição às vontades do Deus soberano, construídas pela Tradição Apostólica. A moral cristã aponta, através da fé na religiosidade e na entrega da própria vida a espiritualidade, os motivos pelos quais os católicos tendem a restringir seu corpo e sua subjetividade à normatividade católica. Entretanto, o que reitera os valores normativos e a intolerância às diversidades sociais é a institucionalização e a introdução cultural dos valores cristãos introduzidos de forma brutal e generalizada a todos os indivíduos que vivem nas sociedades ocidentais colonizadas pelo catolicismo.

O dever social dos cristãos é respeitar e despertar em cada homem o amor da verdade e do bem. Exige que levem a conhecer o culto da única religião verdadeira, que subsiste na Igreja católica e apostólica. (...) Assim, a Igreja manifesta a realeza de Cristo sobre toda a criação e particularmente sobre as sociedades humanas. (*Ibidem*)

A afirmação da cultura monoteísta, a crença na representação absoluta da Igreja Católica a respeito das determinações de Deus, assim como o temor ao castigo divino destinado aos desviantes das leis são instrumentos de poder e controle

utilizados pelo Estado junto à Igreja para garantir o cumprimento da ordem e evitar que percam a concentração de pessoas que seguem e reproduzem o discurso institucional e suprimem os corpos não normativos que resistem a essas leis.

Deus é amor e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Criando-a à sua imagem... Deus inscreve na humanidade do homem e da mulher a vocação e, assim, a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão. (...) A sexualidade afeta todos os aspectos da pessoa humana, em sua unidade de corpo e alma. Feliz respeito particularmente à afetividade, à capacidade de amar e de procriar e, de uma maneira mais geral, à aptidão a criar vínculos de comunicação com os outros. Cabe a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar sua identidade sexual. (...) Dessa união procedem todas as gerações humanas. (CIC, 2000, p. 604 e 605)

A Tradição e os estudos teológicos da ICR foram formulados, registrados e reproduzidos pelos membros do mais alto clero que, não coincidentemente, foram homens, brancos e cis gênero.

Esta classe privilegiada foi responsável pela autoria política e disciplinar do discurso de verdade e saber, formulados e apropriados pela própria Instituição, feito exclusivamente para as pessoas cis e heterossexuais. Tal discurso, levando em conta a superioridade do gênero masculino, reduz as sexualidades e as identidades de gênero apenas a esses padrões inquestionáveis e passíveis de obediência, excluindo do discurso todos os corpos e gêneros não normativos que existem na sociedade, a fim de moldá-los ou abominá-los.

Os valores se estabelecem como verdade única a partir da repetição de discursos ritualizados específicos acerca dos corpos, da apresentação pessoal, da forma de falar e gesticular e do cumprimento de regras sociais, individuais e coletivas, sendo assim “aprovados” e “dignos” de pertencer a sociedade e ao reino de Deus.

No entanto, não há um sucesso em padronizar e direcionar todos os seres sociais em todas as suas características e princípios. A culpa cristã aparece, nestes casos, estimulando o medo da rejeição, tanto divina quanto social, buscando capturar os indivíduos que resistem às determinações da norma. Ainda assim, é impossível alcançar a totalidade das pessoas, tanto para a religiosidade quanto para as doutrinas normativas. Na sociedade da norma, o caminho é inferiorizar e segregar estes corpos configurando-os como erros e problemas sociais.

Diante disso, a diferenciação entre os corpos determina os espaços sociais os quais o corpo padrão pode ocupar e o corpo *queer* não pode. Essa manutenção das

diferenças sociopolíticas entres os corpos torna possível manter a exclusão dos desfavorecidos e a ascensão dos privilegiados, uma vez que uma sociedade enraizada na cultura e nas leis de Deus reproduzidas pela religião católica tem um peso moral e social útil a reafirmação do discurso segregacionista e excludente.

A afirmação da diversidade como “desvio de sexualidade” incentiva a diferenciação entre os corpos e identidades normativas e as LGBTI+, alimentando os hábitos e os processos LGBTIfóbicos que habitam a cultura das sociedades e interceptando a legitimidade e validação da existência das diversidades nas instituições e nos espaços sociais.

Ao longo de todas as grandes linhas em que se desenvolveu o dispositivo de sexualidade, a partir do século XIX, vemos elaborar-se essa ideia de que existe algo mais do que corpos, órgãos, localizações somáticas, funções, sistemas anátomo-fisiológicos, sensações, prazeres; algo diferente e a mais, algo que possui suas propriedades intrínsecas e suas leis próprias: o "sexo". (FOUCAULT, 1999b, p. 142)

A Igreja aponta, religiosamente e culturalmente, a prática sexual como um ato majoritariamente unitivo e procriativo, ligado unicamente ao sacramento do matrimônio. A partir disso, quaisquer comportamentos relacionais que fogem ao propósito da união cis heterossexual e à reprodução são condenadas e reiteradas como pecaminosas.

Assim, no processo de histerização da mulher, o "sexo" foi definido de três maneiras: como algo que pertence em comum ao homem e à mulher; ou como o que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; mas, ainda, como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o continuamente pelos efeitos destas mesmas funções. (*Ibidem*)

Ainda nesse contexto, são doutrinadas as limitações sobre os desejos do corpo e os prazeres carnis persistentemente ocultados e bem estruturados como tabu nas sociedades patriarcais e tendenciosamente conservadoras e fundamentalistas. Essas regras de manutenção das limitações do sexo e da sexualidade dos indivíduos, ancoradas no Cristianismo, carregam uma prepotência e uma falsa sensação de controle, uma vez que os processos sexuais fogem de qualquer ideal de determinação a respeito dos impulsos e despertares do corpo humano.

São criados padrões de objetivos monogâmicos, anseios de amores eternos, expectativas e projeções familiares em relação a provável vida conjugal e todo um conjunto de artifícios que direcionam e uniformizam as pessoas a estereótipos que tendem a limitar as diversidades dos corpos, dos gêneros e dos desejos.

Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, às diferentes idades e às classes sociais. (FOUCAULT, 1999b, p. 98)

Foucault nos aponta a sexualidade e as manifestações de desejo sexual e relacional como objeto especialmente potente de domínio e direcionamento político e, ao mesmo tempo, em sua complexidade, apresenta um campo incerto e imprevisível e, portanto, de minuciosa “necessidade” de controle. Entendemos que a sexualidade e as identidades de gênero se constituem nos processos subjetivos, identitários e físicos dos indivíduos, o que delinea sua dificuldade de apreensão.

O sexo, por sua vez, descreve as múltiplas possibilidades de atuação da sexualidade presente em cada corpo e se encontra em determinados modelos da ciência política da vida: primeiramente a docilização, a distribuição e o direcionamento das forças e dos impulsos energéticos; secundamente, a atuação direta na regulamentação da população e em seus efeitos quantitativos e qualitativos sobre os corpos existentes nas sociedades; uma terceira aparição do sexo é o desejo desconhecido e explorado pelo próprio corpo em um ambiente da subjetividade que surpreende e excede o explicável. Foucault brilhantemente designa o sexo como “acesso a vida do corpo e a vida da espécie”.

Quanto a nós, estamos em uma sociedade do "sexo", ou melhor, "de sexualidade": os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneração, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo. O que determina sua importância não é tanto sua raridade ou precariedade quanto sua insistência, sua presença insidiosa, o fato de ser, em toda parte, provocada e temida. O poder a esboça, suscita-a e dela se serve como um sentido proliferante de que sempre é preciso retomar o controle para que não escape; (...) busco as

razões pelas quais a sexualidade, longe de ter sido reprimida na sociedade contemporânea está, ao contrário, sendo permanentemente suscitada. (...) Não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania, é o sangue; a sexualidade, quanto a ela, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações. (FOUCAULT, 1999b, pp. 137-8)

Diante desta circunstância, entendemos que a produção da sexualidade nos corpos políticos atravessa uma violenta estrutura de poder que oprime, limita e universaliza a versatilidade e intrepidez que o sexo apresenta. São poucas as brechas que os desejos encontram para esbarrar com a sexualidade e raras as possibilidades de distinguir a obrigatoriedade dos discursos, atos e anseios sexuais das verdadeiras vontades do próprio corpo. Ainda assim, diante de tantas normas, limitações e direcionamentos psicológicos e sociais, os corpos e os desejos se surpreendem e encontram formas inesperadas de aparecer e de, em alguns casos, se estabelecer enquanto resistência política.

A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos da masculinidade e da feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) faz parte dos cálculos do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle sobre a vida. (PRECIADO, 2011, n.p)

O sexo é político, é fruto do poder e do domínio, e se faz ser justamente por compor um processo dos corpos que extrapola a compreensão e a dominação por completo e surpreende constantemente as limitações que nos colocamos e nos são colocadas.

Paul B. Preciado é um filósofo contemporâneo que apresenta em algumas das suas teorias de gênero uma continuidade e uma complementaridade aos estudos foucaultianos sobre as diversidades dos corpos e identidades de gêneros e sobre o potencial político do sexo. Paul, em seu artigo *Teoria Queer - Notas para uma política dos anormais* (2011) atravessa as relações de poder que utilizam o corpo como um produto bruto do capitalismo, sendo levado à inserção dos processos eróticos e sexuais totalmente “capitalizáveis”.

A relação binária dos corpos e do gênero configura uma perversa doutrinação do sexo e das relações de prazer, politizadas e dominadas pelas leis, sob a função reprodutiva, representativa e atrativa ao sistema heteronormativo. É condicionada

uma função aos órgãos cis normativos, direcionando-os ao cumprimento da ordem sexual, não sendo permitida a possibilidade de desvio dos desejos, nem a exploração de prazeres em diferentes partes do corpo para além dos órgãos sexuais, nem o desvio da masculinidade ou da feminilidade atribuídos, nem a trans identidade do próprio corpo. Paul chamou essa configuração política do sexo de Império Sexual.

O sexo (os órgãos sexuais, a capacidade de reprodução, os papéis sexuais para as disciplinas modernas...) é correlato ao capital. A sexopolítica não pode ser reduzida à regulação das condições de reprodução da vida nem aos processos biológicos que se "referem à população". O corpo straight é o produto de uma divisão do trabalho da carne, segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Uma sexualidade qualquer implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus. É assim que o pensamento straight assegura o lugar estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores. Capitalismo sexual e sexo do capitalismo. O sexo do vivente revela ser uma questão central da política e da governabilidade. (PRECIADO, 2011, n.p)

O sistema capitalista depende da manutenção dessas regras inerentes ao sexo para dar prosseguimento a concentração de poder e privilégio social e limitar o conhecimento individual dos alcances do próprio corpo. A sexualidade aparece como ponto precioso de investimento político e de controle, não só por atrair pontos de domínio como também ser potencialmente "indomável". Uma vez que possamos entender que, ao trazer a sexualidade como instrumento naturalmente indócil, não em ato de rebeldia, mas em sua essência, entendemos que há um interesse em gerir os "frutos do corpo", as diversas aparições de anseios eróticos, as independentes formas afetivas em relação ao corpo e limitar a descoberta de uma autogestão que explore seus desejos e possibilidades sexuais. Foucault traz as tecnologias sexuais apontando que "a tecnologia do sexo, basicamente (...) vai se ordenar em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A "carne" é transferida para o organismo." (FOUCAULT, 1999b, p.111).

Todas essas características que o corpo e as relações entre eles podem apresentar são limitadas, mistificadas e proibidas pela inserção de afetos como a culpa e o medo da transgressão de valores sociais, políticos e religiosos na individualidade. As tecnologias de poder agem coordenando a heterossexualidade a alinhando-as com as representações cis normativas dos corpos.

Paralela a construção social e religiosa da cis heteronormatividade em coletividade, estas tecnologias acompanham o processo se apresentando como aliadas ao “pavor do corpo diferente e do desejo obscuro” através da medicina, das construções pornográficas nas mídias, do investimento na prostituição altamente rentável e da hiper sexualização do corpo cis feminino. O sexo é refém do “cistema” e é construído pela e para a normatividade.

A Igreja, por sua vez, diante de todas as construções estratégicas e políticas em torno do sexo e da sexualidade normativa, contribui para que as tecnologias sexuais voltadas para a heteronormatividade sejam vistas como “apenas” obstáculos que aparecem na vida conjugal e inerentes aos instintos carnis da masculinidade do homem. Ainda que configurem ações pecaminosas, geralmente apontadas quando expostas publicamente, não configuram práticas abomináveis, tais como as “práticas homossexuais” apontadas nas Escrituras.

Respaldados nos valores e doutrinas biopolíticas atuantes na sociedade europeia ocidental a partir do século XVI, podemos identificar os processos coloniais estruturalmente violentos construídos pela sociedade brasileira sobre os corpos LGBTI+. A interferência religiosa tem uma forte atuação na construção cultural do conservadorismo e da intolerância às diversidades. Do sexismo à ignorância social e política, o Brasil resiste até hoje, dia após dia, aos resultados de uma sociedade baseada em valores LGBTIfóbicos, racistas, machistas e segregacionistas, os quais trabalharemos no próximo capítulo.

2.2 A Igreja Católica e a violência estrutural no Brasil

2.2.1 A religiosidade Católica

A religiosidade católica foi culturalmente enraizada na sociedade ocidental, mantendo os fiéis presentes em procissões e festividades, realizando promessas e ofertas aos santos, celebrando missas de sétimo dia de morte de seus entes queridos, usando terços e água benta como objetos pessoais de proteção, acendendo velas nas igrejas para fazer pedidos e agradecimentos, alimentando portanto um inconsciente coletivo de costumes, religiosos ou não, sustentados pelos valores e pela moral do catolicismo.

Além da liturgia sacramental e dos sacramentais, a catequese tem de levar em contas formas da piedade dos fiéis e da religiosidade popular. O censo religioso do povo cristão encontrou, em todas as épocas, sua expressão em formas diversas de piedade que circundam a vida sacramental da Igreja, como a veneração de relíquias, visitas a santuários, peregrinações, procissões, via-sacra, danças religiosas, o rosário, as medalhas, etc. (CIC, 2000, p. 457)

Essas vivências cristãs católicas são disseminadas de geração em geração. A fé é transmitida pelos princípios catequéticos de buscar a religião católica, temer a um Deus único, acreditar no poder divino, praticar orações e condicionar os desejos e anseios a uma fórmula de crer e exercer uma religiosidade que, de forma deliberada, é dada como única.

Há séculos, mediante tantas línguas, culturas, povos e nações, a Igreja não cessa de confessar sua única fé, recebida de um só Senhor, transmitida por um único batismo, enraizada na convicção de que todos os homens têm um só Deus e Pai. (...) “Com efeito, a Igreja, (...) tendo recebido dos apóstolos e dos discípulos deles a fé, guarda [esta pregação e esta fé] com cuidado; (...) nelas crê de forma idêntica, como se tivesse uma só alma; e prega as verdades de fé, as ensina e transmite com voz unânime, como se possuísse uma só boca”. (CIC, 2000, p. 56)

A Igreja Católica Apostólica Romana se consolidou como uma religião quando, pelos relatos Bíblicos (BÍBLIA, Mt 16, 15-19), Cristo disse ao apóstolo Pedro “sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”, dando a ele, segundo o catolicismo, autoridade divina para ser representante religioso das doutrinas cristãs, ou seja, o primeiro Papa.

A Igreja Católica se considera a religião oficial representante do Cristianismo e vem, desde o seu surgimento, se complexificando e buscando o lugar hegemônico diante das religiões cristãs que vêm se formando ao longo da história.

“Esta é a única Igreja de Cristo que, no Símbolo, confessamos una, santa, católica e apostólica.” Esses quatro atributos, inseparavelmente ligados entre si, indicam traços essenciais da Igreja e de sua missão. (...) Só a fé pode reconhecer que a Igreja recebe estas propriedades de sua fonte divina. Mas as manifestações históricas delas constituem sinais que falam também com clareza à razão humana. “A Igreja - lembra o Concílio Vaticano I - , em razão de sua santidade, de sua unidade Católica, de sua constância invicta, é ela mesma um grande e perpétuo motivo de credibilidade e uma prova irrefutável de sua missão divina.” (CIC, 2000, p. 232 e 233)

As relações de poder se estabeleceram territorialmente junto aos anseios de dominação da sociedade. A Igreja alcançou aos poucos, porém, de forma estratégica junto ao modelo político de gestão social, a busca pelos fiéis em todos os povos, apresentando a religião católica como única e verdadeira voz de Deus.

O termo “Cristianismo” foi criado a partir da vinda de Cristo para intitular pessoas que acreditavam que Jesus foi o Messias vindo ao mundo cumprir as promessas de Deus com sua morte e ressurreição. O que se denomina hoje como Cristianismo é um conceito mais complexo que envolve as interpretações Bíblicas e a incorporação das relações de poder das religiões cristãs.

Segundo as Escrituras, Jesus Cristo viveu no Oriente Médio, veio ao mundo durante a Antiguidade Clássica para falar aos povos sobre o amor ao próximo, sobre como viver e se relacionar em sociedade e sobre as promessas do Deus Pai. Cristo, segundo a Bíblia, foi enviado por Deus para ensinar sobre o bem e o mal, sobre fraternidade, mansidão, caridade e sobre respeito entre as pessoas. Jesus ensinou também sobre gratidão, sobre como perdoar e pedir perdão e, sobretudo, sobre servir. Ele apresentou conhecimentos sobre a natureza humana, de maneira política, existencial e relacional.

Das doutrinas apresentadas por Cristo em vida e registrados na Bíblia, ainda destacamos a servidão e a morte dos próprios anseios como caminho de salvação. A fé cristã prega que o nascimento de Jesus, por meio de uma mulher virgem, foi a forma que Deus se apresentou aos seres humanos no propósito de, através do martírio e do sofrimento, se entregar à morte do corpo e salvar a humanidade da morte do espírito.

O ensinamento instruído pela morte e ressurreição de Jesus na cruz reforça a forma como a humanidade é refém do pecado e depende da força e da direção divina para se manter longe do mal. A existência de um Deus único, soberano e sobrenatural é independente da existência humana, mas no Cristianismo, o nascimento, a peregrinação e a morte de Jesus são o anúncio que marca a ligação direta e especial de Deus com a humanidade.

O Cristianismo prega sobre um Deus que é bom, justo, perfeito, fiel, santo e misericordioso. É O criador de todas as coisas, é capaz de agir sobre qualquer circunstância do universo e das relações humanas. Onipotente, onipresente e onisciente, se apresenta na Santa Trindade enquanto Pai, Filho e Espírito Santo, isto é, três pessoas em uma só entidade divina. Essas crenças e doutrinas são baseadas nos livros que compõem a Bíblia Sagrada.

A Bíblia é o livro que conta a história de Jesus e de outras pessoas que receberam sinais e profecias de Deus, reveladas pelo Espírito Santo, antes da vinda do Messias. "A Sagrada Escritura é a palavra de Deus enquanto redigida sob a moção do Espírito Santo." (CIC, 2000, p. 35)

A teologia cristã é determinada pelos estudos filosóficos e pelas histórias Bíblicas descritas pelas diferentes sociedades, em tempos antes e depois de Cristo, interpretadas, registradas e selecionadas há mais de dois mil anos em mais de um idioma pelas autoridades soberanas da antiguidade. Por ser um compilado de diferentes histórias sem autoria definida, a partir de diferentes linguagens e em diferentes momentos da história, é inquestionável que as traduções bíblicas estão sujeitas a variações e traduções diversas e contestáveis.

E por ter sido a primeira religião cristã a se estabelecer e se difundir por diversos povos, a Igreja Católica admite-se como "Igreja Cristã Universal" representante da doutrina e da interpretação Bíblica oficial do Cristianismo, institucionalizada por dogmas como única e verdadeira para o todo cristão. A religião atua nas questões mais subjetivas através da fé e da credibilidade atribuída ao discurso da Igreja, buscando encontrar respostas para as questões que não se explicam pela razão. Portanto, todo aquele que seguir as doutrinas de Jesus ritualizadas no catolicismo serão salvos na vida espiritual.

A religiosidade do povo, em seu núcleo, é um acervo de valores que respondem com sabedoria cristã às grandes incógnitas da existência. A sabedoria popular católica tem uma capacidade de síntese vital; engloba criativamente o divino e o humano, Cristo e Maria, espírito e corpo, comunhão e instituição, pessoa e comunidade, fé e pátria, inteligência e afeto. Essa sabedoria é um humanismo cristão que afirma radicalmente a dignidade de toda pessoa como filho de Deus, estabelece uma fraternidade fundamental, ensina a encontrar a natureza e a compreender o trabalho e proporciona as razões para a alegria e o humor, mesmo em meio a uma vida muito dura. Essa sabedoria é também para um povo de um princípio de discernimento, um instinto evangélico pelo qual capta espontaneamente quando se serve na Igreja ao Evangelho e quando ele é esvaziado e asfixiado com outros interesses. (CIC, 2000, p. 457)

Para esses cristãos, o catolicismo, seus dogmas e suas doutrinas são o caminho para a verdadeira revelação divina e vivência coletiva da fé. A comunidade católica no Brasil é um ciclo social de troca, convivência e partilha pelo qual as pessoas se reconhecem e se identificam nos ideais cristãos e nas práticas religiosas, criando vínculos e relações de confiança umas com as outras, assim como com a instituição. Para esses fiéis, as doutrinas cristãs religiosas e os valores morais determinados pelo catolicismo são tidos como princípios prioritários ditados por Deus e são abraçados rigidamente, configurando um modelo padrão e restrito de viver a individualidade e a coletividade.

A base da religiosidade católica está no mistério da transubstanciação do pão e do vinho no próprio Corpo e Sangue de Cristo, realizada na celebração Eucarística. O sacerdote, ao transformar o pão e o vinho na Santa Eucaristia⁸ e distribuí-Lo entre os fiéis, reproduz, em celebração ritual, a memória do momento de entrega e partilha que Jesus fez de Si próprio aos seus apóstolos na última Ceia antes de morrer na cruz (BÍBLIA, Mt 26, 26-29). O rito da Missa é o sacrifício incruento da Igreja Católica, no qual se estabelece a fé e se consagra o Sacramento central da Igreja. Assim afirma o documento oficial de Instruções Gerais do Missal⁹:

Testemunho de fé inalterável: A natureza sacrificial da Missa, solenemente afirmada pelo Concílio de Trento, de acordo com toda a tradição da Igreja, foi mais uma vez formulada pelo II Concílio do Vaticano, quando, a respeito da Missa, proferiu estas significativas palavras: “O nosso Salvador, na última

⁸ Nesta frase, optei por usar letra maiúscula nas palavras que se referem à Eucaristia pois, a partir da minha religiosidade católica, acredito ser a Hóstia Consagrada o próprio Jesus Cristo. Pretendo também iniciar com letra maiúscula todas as palavras que se referem a Jesus, a Deus e ao Espírito Santo, sacralizados e adorados pela fé católica.

⁹ O missal é o livro utilizado para a celebração da missa e, além de conter os textos utilizados pelos sacerdotes, reúne toda a doutrina e fundamentação do mistério Eucarístico.

Ceia, instituiu o sacrifício eucarístico do seu Corpo e Sangue, com o fim de perpetuar através dos séculos, até à sua vinda, o sacrifício da cruz e, deste modo, confiar à Igreja, sua amada Esposa, o memorial da sua Morte e Ressurreição”. (INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO, p.5)

Os sacramentos são sinais da graça Divina, instituídos por Jesus e assumidos pela ICR como práticas importantes da religiosidade. Apresentam formas práticas de unir-se a Cristo através da Igreja, buscando estreitar o caminho dos católicos à salvação e ao relacionamento cada vez mais íntimo com Deus. Dos sete sacramentos ministrados pela Igreja, dois se fazem relevantes neste trabalho: a Eucaristia, como Sacramento base de iniciação católica e renovação da fé, e a Confissão, que é um Sacramento de cura e remissão dos pecados. Além de correlacionados, sendo necessária a Confissão para participar da Eucaristia, são sacramentos de constante renovação da fé e da caminhada cristã católica.

As Escrituras apontam como pecado as transgressões dos humanos às leis de Deus (BÍBLIA, IJo 3,4), originadas a partir da desobediência de Adão e Eva que, ao serem seduzidos pela serpente no paraíso, comeram o fruto da árvore que Deus os tinha proibido, quebrando a pureza espiritual ao cederem às tentações dos próprios desejos. (BÍBLIA, Gên 3, 1-24) O pecado é a síntese das falhas humanas e da imperfeição diante de Deus, é o que separa a divindade da humanidade. Ainda que descrito por atitudes e desejos perversos, maldosos, nocivos à alma e ao espírito, é dado como algo inevitável. A natureza humana, por si, se apresenta como pecadora e transgressora das leis.

O pecado está presente na história do homem: seria inútil tentar ignorá-lo ou dar a esta realidade obscura outros nomes. Para tentarmos compreender o que é o pecado, é preciso antes de tudo reconhecer a ligação profunda do homem com Deus, pois fora desta relação o mal do pecado não é desmascarado em sua verdadeira identidade de recusa e de oposição a Deus, embora continue a pesar sobre a vida do homem e sobre a história. (CIC, 2000, p.109)

Diante disso, toda a humanidade veio a ser condenada à condição de pecado, sendo o constante arrependimento e busca pelo perdão de Deus a única forma de se aproximar do bem e da santidade. A Igreja sacramentou esse perdão divino através da Confissão. “A Igreja recebeu as chaves do Reino dos Céus para se opere nela a remissão dos pecados (...) É nesta Igreja que a alma revive, ela que estava morta pelos pecados, a fim de viver com Cristo.” (CIC, 2000, p. 277) A Confissão deve ser

realizada periodicamente e, a cada vez que efetuada, é uma nova restauração da alma, um recomeço para buscar não pecar novamente, tornando o fiel digno de receber a Santa Eucaristia.

Esses rituais de purificação e da constante doutrinação individual, além de renovar a aliança religiosa, reforçam a culpa pelos atos pecaminosos. A penitência designada pelo sacerdote reforça o medo das punições divinas e doutrina as atitudes dos fiéis a fim de que se convertam para as doutrinações. E essa culpa sobre os prazeres sexuais e exploração dos desejos resulta na punição de si próprio em busca de afastar os próprios impulsos.

Deus nos dá a força de começar de novo. É descobrindo a grandeza do amor de Deus que nosso coração experimenta o horror e o peso do pecado e começa a ter medo de ofender a Deus pelo mesmo pecado e de ser separado dele. O coração humano converte-se olhando para aquele que foi transpassado por nossos pecados. Depois da Páscoa, o Espírito Santo “estabelecerá a culpabilidade do mundo a respeito do pecado”, a saber, que o mundo não acreditou naquele que o Pai enviou. Mas esse mesmo espírito, que revela o pecado, é o Consolador que dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão. (CIC, 2000, p. 395)

Foucault diz que “O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem; posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo.” (FOUCAULT, 1999b, p. 58) A partir de então, a sociedade ocidental tornou-se “singularmente confessanda”, onde se produziu a necessidade de confessar - pecados, crimes, desejos - como certificação, através do reconhecimento do outro, sobre próprias ações e pensamentos. Com isso, é produzido um discurso de verdade sobre as confissões, especialmente religiosas, para que se exerça o controle do outro através do controle e da doutrina de si próprio.

A sexualidade, como já visto no capítulo anterior, apresenta um potencial de alcance ingovernável, inesgotável e, muitas vezes, incompreendido por completo e, por isso, é muito interessante doutrinar e estabelecer o discurso de verdade sobre os prazeres, os desejos e os anseios eróticos dos corpos através da configuração do pecado. Diante disso, as doutrinas católicas aplicadas aos campos exploráveis da sexualidade a esgotam nos prazeres do sexo normativo dentro do casamento e na prática reprodutiva do ato sexual, que conseqüentemente infere a heterossexualidade. (BÍBLIA, ICo 7, 1-5).

A sexualidade afeta todos os aspectos da pessoa humana, em sua unidade de corpo e alma. Diz respeito particularmente à afetividade, à capacidade de amar e de procriar e, de uma maneira mais geral, à aptidão a criar vínculos de comunhão com os outros. Cabe a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar sua identidade sexual. A diferença e a complementaridade físicas, morais e espirituais estão orientadas para os bens do casamento e para o desabrochar da vida familiar. (CIC, 2000, p. 605)

O pecado contra a castidade aborda o sistema de doutrinas atribuídas ao que é permitido, proibido e necessário no que gere a sexualidade. Em observação, ao mesmo tempo que, não só o ato como o prazer sexual, são coibidos e abominados fora do casamento, tornam-se uma responsabilidade dentro da relação matrimonial, a objetivo de reproduzir e de limitar as possibilidades de satisfazer a libido em prazeres considerados depravados.

A castidade significa a integração correta da sexualidade na pessoa e, com isso, a unidade interior do homem em seu ser corporal e espiritual. A sexualidade, na qual se exprime a pertença do homem ao mundo corporal e biológico, torna-se pessoal e verdadeiramente humana quando é integrada na relação de pessoa a pessoa, na doação mútua integral e temporalmente ilimitada do homem e da mulher. A virtude da castidade comporta, portanto, a integridade da pessoa e a integralidade da oração. (CIC, 2000, p. 605)

A busca pela santidade, e em foco, pela castidade é, segundo o catolicismo, um chamado de Deus para aqueles que O temem. A castidade implica em não explorar as diferentes formas de satisfação erótica, também dentro, mas especialmente fora da relação matrimonial. Fora do casamento, se aproxima da ideia de castração dos desejos e do direcionamento das pulsões sexuais a outras formas de preenchimento; já dentro da relação matrimonial, se estabelece a verdade da monogamia e do ato sexual normativo favorável à natureza procriativa.

São configurados pecados contra a castidade: a masturbação, o uso de contraceptivos, a zoofilia e o sexo homossexual, descritos como práticas sexuais contrárias a natureza, ou seja, sem fim procriativo; o sexo fora do casamento, o incesto, o estupro e a pedofilia que, por sua vez, se dão como favoráveis a natureza por conter fim procriativo.

Assim diz a Igreja Católica sobre a homossexualidade:

A homossexualidade designa as relações entre homens e mulheres que sentem atração sexual, exclusiva ou predominante, por pessoas do mesmo

sexo. A homossexualidade se reveste de formas muito variáveis ao longo dos séculos e das culturas. Sua gênese psíquica continua amplamente inexplicada. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a tradição sempre declarou que ‘os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenadas’. São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados. (CIC, 2000, p. 610)

Esta lei regida pela Igreja, baseada especialmente na Bíblia, expõe a doutrina apresentando as diversidades sexuais como anormalidade inexplicável, como um desvio cognitivo, e em tese inalterável, que deve ser abraçado como uma luta constante de abstenção, assim como as demais configurações sexuais não normativas apontadas como pecaminosas e que os atos realizados sejam abominados e os desejos sejam dissolvidos através das orações e entregas a Deus.

Um número não negligenciável de homens e mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente enraizadas. Esta inclinação objetivamente desordenada constitui, para a maioria, uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á para com eles todos sinais de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar a vontade de Deus em sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar por causa de sua condição. (*Ibidem*)

Entende-se, também, que a ordem é de os LGBTI+ sejam acolhidos e respeitados, assim como qualquer pessoa deve ser recebida nas comunidades católicas. Não há nenhuma regra que diga que deve se alterar a subjetividade nem a identidade sexual, nem que seja uma busca de reiterar a masculinidade ou a feminilidade desses corpos a fim de “consertá-los”.

O histórico violento e discriminatório está muito além de a homossexualidade ser ou não ser um pecado. Ainda que a doutrina da Igreja configure as “práticas homossexuais” como pecaminosas, a maior violência está estruturada na LGBTIfobia explícita da comunidade cristã, justificada por versículos descontextualizados da Bíblia e, principalmente, respalda pelo silêncio oportuno assumido pela Igreja.

Os corpos não normativos atravessam um longo e árduo caminho de violência e transgressão da sua existência em todos os espaços, pois sempre haverá alguém ou algo a objetivo, velado ou aparente, de corrigir os desvios da norma, afirmar uma soberania e puni-los pela sua existência. Os corpos não brancos, não cis e não heterossexuais são historicamente violentados pela força física, pela intimidação

moral e, estruturalmente, pela cis heteronormatividade e pela exclusão e redução das possibilidades de existência na sociedade enquanto diversidade.

O corpo dissidente incomoda e, como espelho da sociedade intolerante, muitos membros da comunidade católica persistem em não renunciar a seus privilégios e em não querer entender seus preconceitos enraizados, desconstruí-los e abrir espaço para que os corpos LGBTI+ existam dignamente como iguais em seu meio religioso.

Em contraponto a isso, a entrada do Papa Francisco à frente da instituição vem transformando a percepção dos fiéis acerca da inclusão dos direitos se postura assumida pela afasta e exclui, direta e indiretamente, os LGBTI+ das paróquias, tornando esses ambientes totalmente excludentes, tornando a experiência cristã um constante sofrimento social e fazendo com que os LGBTI+ acreditem que são inferiores ou mais pecadores que os demais fiéis.

2.2.2 A violência estrutural do catolicismo no Brasil

O Brasil é um país ocidental, sul americano, reconhecido na história há cerca de quinhentos anos e miscigenado pela presença de diversos povos que habitam o seu território. O país é marcado por uma diversidade cultural imensurável: são muitos corpos diferentes, muitos hábitos diferentes e muitas expressões coletivas de diferentes comunidades constituindo o que se entende atualmente por “povo brasileiro”. No entanto, as referências identitárias, culturais e políticas do país, para além da multiplicidade e da peculiaridade cultural, são atravessadas por processos implícitos e explícitos de muita violência.

Após anos de imposição de valores, condicionamento de ideais e violação dos corpos, o Brasil se oficializou como um país confessional católico. Atesta na constituição brasileira de 1824, no artigo 5º, que “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”.

Ainda que posteriormente revogado e substituído, foi promulgado na constituição de 1891, no artigo 72º § 3º que “Todos os indivíduos e confissões

religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”.

Desta forma, durante todo o processo de construção da sociedade brasileira, a Igreja Católica caminhou de forma legitimada junto às decisões e atuações do Estado. Operou na formação moral do caráter e dos “bons costumes” a partir do certo e errado, intervindo diretamente, não somente, mas especialmente, nas decisões políticas acerca dos direitos e deveres dos cidadãos. Ratificou constantemente as doutrinas cristãs pelo discurso de verdade, introduzindo culturalmente a hegemonia tanto da fé católica quanto dos seus valores subjacentes, tais como a família hierarquizada e a sociedade sexista.

E desde então, seja na aculturação dos nativos, seja na busca “camuflada” pela extinção das tribos indígenas, na segregação social da população preta, na banalização da legitimidade da mulher, o catolicismo esteve presente atuando nos diversos valores sociais violentamente projetados para a nova nação.

De aproximadamente 1500 até 1891, a Igreja Católica atuou, com respaldo das leis brasileiras, enquanto instituição de poder social e, portanto, quando o Brasil se tornou laico em 1891, a ICR já tinha criado raízes políticas e culturais bem firmes na religiosidade católica para continuar atuando socialmente na vida, na morte, na moral e na sexualidade da população brasileira.

Marilena Chauí, uma filósofa brasileira da sociedade contemporânea, relata a forma enraizada da violência nas estruturas sociais brasileiras:

De fato, conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é despótica no sentido etimológico da palavra. É fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: repetindo a forma da família patriarcal, na sociedade brasileira as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades, que reforçam a relação de mando-obediência. Desta maneira micropoderes despóticos capilarizam em toda a sociedade a violência, que, partindo da e na família, se espalha para a escola, o hospital, as relações de trabalho, os meios de comunicação, os comportamentos sociais nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal e vem cristalizar-se nas instituições públicas e no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor. A violência policial é apenas mais um caso de despotismo que estrutura toda a sociedade, ou seja, não é uma exceção escandalosa, e sim faz parte da regra da sociabilidade brasileira. (CHAUÍ, 2017, p. 42 e 43)

Os brasileiros alimentam uma sociedade estruturalmente violenta e potencialmente intolerante. O racismo, o sexismo, o patriarcado, a gordofobia e, em foco, a LGBTIfobia, entre outras exclusões, são marcos muito fortes da normatividade e da violência na vida e na morte da população brasileira. Os costumes, valores morais, expressões artísticas, expressões sexuais, a comunicação, a linguagem, as expressões humanas ordinariamente individualistas dos brasileiros, no geral, estruturam as violências sociais que se alimentam e se reconstróem a todo o momento no país. Os LGBTI+ são um dos grupos que sofre diretamente e em todos os aspectos com essa cultura da violência e da intolerância às diversidades.

Segundo o relatório divulgado pela GGB¹⁰ em 2019, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, entre homicídios e suicídios. A Gênero e Número¹¹ divulgou, também em 2019, um estudo estatístico baseado em dados do Ministério da Saúde, apontando que todos os dias aproximadamente 11 pessoas trans são violentadas no Brasil. Ou seja, as violências sexual, física, psicológica, patrimonial e institucional, entre outras, fazem parte da vida cotidiana de toda a população brasileira, porém, muito mais se expressam, e de forma especialmente perversa, na vida das minorias sociais. As violências normativas sobre as sexualidades e sobre as identidades de gênero são parte significativa da gestão política da população e, especialmente, do corpo dos LGBTI+.

Segundo a revista Híbrida¹², em um levantamento de dados sobre tendências procuradas em sites pornográficos, o Brasil lidera, em número disparado, a busca mundial por pornografia trans. A imersão dos prazeres e desejos sexuais mais profundos das pessoas são explorados em relações sexuais LGBTI+ “dissimuladas”, que “não ferem a moral cristã e os valores sociais” por serem atos isolados de uma vida privada que, em grande parte das vezes, são ignorados ou “corrigidos” por algumas orações. Este discurso invisibiliza a existência e as relações LGBTI+ e configura uma sociedade hipócrita, LGBTIfóbica e extremamente violenta.

¹⁰ O GGB é uma sociedade civil sem fins lucrativos e a associação LGBTI+ mais antiga do Brasil. Se localizam em Salvador, na Bahia, e são associados a diversas outras associações que lutam pelas causas da diversidade sexual e de gênero.

¹¹ A GN é uma organização de mídia brasileira que produz um conteúdo jornalístico de dados para qualificar os debates e estudos sobre equidade de gênero e raças.

¹² A Híbrida é uma revista completamente digital, criada pelo e para o público LGBTI+, de forma colaborativa, independente e autônoma.

Pelo lugar que lhes falo, não posso deixar de pontuar a violência brutal e referente sofrida pelas mulheres, no corpo e na subjetividade. A mulher cis branca, “é para casar”. A mulher cis preta, “é para trabalhar”. A mulher indígena “não é nem para ser vista.” A mulher trans branca e, especialmente, a preta, “é para ser estuprada e morta”. E todas essas mulheres são para instigar, alimentar e satisfazer a aptidão sexual do homem cis. A satisfação sexual masculina é uma regra que está descrita nos processos de violência que o corpo da mulher está submetido.

Vivemos em uma sociedade de gêneros binários na qual o homem é o privilegiado dominador e a mulher é, conseqüentemente, a necessitada e dominada. A Igreja conta com as mulheres, de forma absoluta e sem direito de abdicação, para uma função "singular": reproduzir a espécie humana. Assim como os corpos LGBTI+, as mulheres se “acostumaram” com o estado constante de violência, pública e privada. É importante reafirmar que essas estruturas de violência são pautadas nos privilégios de homens brancos, cis gênero, heterossexuais e patriarcas, e que são eles os maiores representantes da normatividade brasileira, assim como os principais opressores e protagonistas dos atos de violência.

Desses valores morais reiterados pela Igreja, a sexualidade, a identidade de gênero e as relações amorosas e românticas foram tomadas como absolutas e terminantemente padronizadas. Tanto a monogamia quanto a heterossexualidade são romantizadas e politizadas através do matrimônio, produzindo padrões de desejos individuais que são estratégicos ao controle político dos corpos coletivos, não só nos católicos como na maioria da sociedade brasileira.

Para compreendermos o que se passa em nossa sociedade, precisamos acrescentar à violência física a violência simbólica, isto é, a maneira como a nossa sociedade se estrutura em termos de valores, normas e regras que organizam as relações sociais e políticas. Em outras palavras, precisamos passar à cultura no sentido antropológico do termo, isto é, como definição do sentido do espaço (o próximo e o distante, o alto e o baixo), do tempo (o passado, o presente e o futuro), as distinções entre o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o justo e o injusto, o belo e o feio, o sagrado e o profano, o possível e o impossível, a relação com a morte, as formas da sexualidade e as formas do desejo. Evidentemente, não podemos aqui percorrer todos esses constituintes simbólicos da cultura, mas simplesmente nos referir à presença de alguns deles como estruturantes de relações de violência no Brasil. (CHAUÍ, 2017, p. 42)

Não se compreende, no senso comum, a norma e a regra dos corpos padrões como violência. A sociedade, ao padronizar um tipo específico de corpo e marginalizar

os diferentes, estrutura e suaviza uma violência sobre as diversidades. A norma está implícita nas entranhas da cultura brasileira, nos ensinamentos familiares, nas interações sociais das escolas, na exigência da virilidade nos exércitos e nos moldes de representação da cisgeneridade como único caminho aceito por Deus nas igrejas e nas estruturas da sociedade.

Deste modo, é difícil ressaltar os traços de violência simbólica presente nas interações sociais cotidianas, pois são violências que não escandalizam ou chocam quando cometidas, pelo contrário, são reconhecidas e reforçadas com “opiniões” semelhantes por aqueles que escutam. O inconveniente é aquele que se pronuncia para intervir com a “opinião contrária”.

A violência enquanto ato é aquela violência em que um corpo é violado a uso de força e agressão física, seja de maneira desigual em que um é violentado e não reage ou havendo reação e troca de atos violentos. Também se configura violência enquanto ato quando um indivíduo fere moralmente um outro com palavras, gestos, atitudes de superioridade ou qualquer forma de exclusão, humilhação, segregação de uma pessoa em certa situação, onde haja um autor do ato violento o qual pode ser responsabilizado.

Estruturada segundo o modelo do núcleo familiar da classe dominante, nela se impõe a recusa tácita (e às vezes explícita) para fazer operar o mero princípio da igualdade formal e a dificuldade para lutar pelo princípio da igualdade real: as diferenças são postas como desigualdades e, estas, como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, índios, migrantes, idosos) ou como monstruosidade (no caso dos homossexuais). Em outras palavras, nossa sociedade opera a naturalização das desigualdades econômicas e sociais e das diferenças étnicas, consideradas como desigualdades raciais entre superiores e inferiores, assim como naturaliza as diferenças de gênero, levando à aceitação de todas as formas visíveis e invisíveis de violência. (CHAUI, 2017, p. 44)

A violência enquanto estrutura se constrói por ideias e conceitos que se formam e se instituem como um senso comum sobre um estereótipo ou uma característica condicional ou física reconhecida e submetem este grupo de pessoas a uma condição inferior, desconfortável, de retirada de oportunidades no capitalismo e violentam indiretamente essas pessoas, não havendo muitas vezes um único responsável pela circunstância, mas sim uma construção coletiva e indireta de condição de violência.

O Brasil é marcado pelo que Marilena Chauí aponta como o mito da não violência, uma vez que os processos que atravessam a cultura brasileira tendem a

silenciar e contornar os fatos para configurá-los como situações isoladas de um ato violento. Essa mesma negação sobre a existência da violência é tanto o meio pelo qual ela se alimenta quanto a estratégia pela qual se mantém velada.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda a ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, isto é, de ausência de direitos. Mais do que isso, a sociedade brasileira não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo de produção de violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais, culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. (CHAUÍ, 2017, p. 41)

A violência estrutural brasileira é a base da falsa ideia de que não ocorrem violências no país, onde todas as violências cometidas se justificam por “atos falhos” da personalidade das pessoas. É como se as ações violentas não se configurassem como violência quando, em um senso comum, a maioria das pessoas não apontem tal ato ou estrutura como violência. A imoralidade cometida contra as minorias sociais, tais como os LGBTI+, são facilmente perdoáveis e ignoráveis, como se não ferissem a subjetividade e a condição de existência desses grupos. Essa circunstância é tão bem estruturada que leva muitos dos próprios LGBTI+ a agirem violentamente sobre as diversidades, tanto para tentar reafirmar a normatividade em si próprios quanto para não transparecer socialmente a sua condição de existência.

Analisando a sexualidade no Brasil, é como se os estupros, os assédios, as pedofílias, as zoofílias, a fetichização dos corpos negros e trans não se caracterizassem como violência. Aliás, a sociedade brasileira cria a sensação de que essas violências sexuais não acontecem, e quando acontecem, são atos isolados de descontrole dos impulsos masculinos que “não são relevantes e podem ser ignorados”.

Todas as formas de violências sexuais, como os vídeos pornográficos “necessários” na formação da sexualidade cis masculina, a naturalização e construção de justificativas aceitáveis para fantasiar, assediar e estuprar mulheres, crianças e adolescentes, assim também os estupros e violências físicas sofridas pelos LGBTI+

como formas de correção da sexualidade e do gênero, ao se justificarem pelo mito do desejo sexual irrefreável e animalesco dos homens cis e heterossexuais, se respaldam na normatividade e apresentam a violência estrutural enquanto uma não violência.

Apontar e reivindicar a sexualidade alheia, reforçar papéis de gênero, reproduzir discursos, expressões e palavras insultuosas que atravessam a cultura da linguagem, negar o preconceito e o incômodo com a presença da diversidade a sua vista, assim como outras formas distorcidas de violência estruturada, configuram a ideia da não violência simbólica brasileira.

A instituição da Igreja, por sua vez, corrobora com os valores dominantes, encarregando-se de perpetuar o mito da não violência da sociedade brasileira, mantendo a sociedade estável por meio da normatização dos corpos, do controle da sexualidade e da imposição do padrão de comportamento social compatíveis com os ideais da família patriarcal e hierarquizada e de comportamentos binários responsáveis pela sua manutenção. Faz “vista grossa”, por exemplo, ao comportamento violento dos homens cis aos corpos e reitera a postura de reclusão do corpo da mulher, ao mesmo tempo que naturaliza as “experiências educativas” de puberdade do corpo do homem.

Muitos indagarão como o mito da não violência brasileira pode persistir sob o impacto da violência real, cotidiana, conhecida por todos e que, nos últimos tempos, é também ampliada por sua divulgação e difusão pelos meios de comunicação e de massa. Ora, é justamente por ser um mito, nos sentidos que demos a esse conceito, que a não violência pode ser mantida a despeito da realidade. Em outras palavras, o mito da não violência permanece porque, graças a ele, admite-se a existência factual da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida. Assim, é exatamente no modo de interpretação brasileira da violência que o mito encontra meios para conservar-se. (CHAUÍ, 2017, p. 38)

A entrada na adolescência é quando a pessoa começa a ter contato com a sexualidade e quando, muitas vezes, os LGBTI+ se sentem mais desamparados e violentados, tanto na família quanto na escola, na igreja e nas demais interações sociais, por conta do despreparo, da falta de compreensão sobre os diferentes tipos de corpo e da expectativa de uma normalidade vinda dos responsáveis. Os jovens não têm estrutura emocional para buscar entender a sua diversidade, pois são educados para exercer o padrão normativo.

As estruturas familiares tiveram uma influência nas referências de produção de corpos masculinos e femininos em um objetivo de complementaridade agressiva. Os desejos, vontades, objetivos, gostos, conceitos sociais são produzidos nos corpos forjando institucionalmente essa estrutura na subjetividade e são expostos como escolhas. Essas violências são fortemente estruturadas e reproduzidas em atos cotidianos disfarçados na normatividade e os LGBTI+, assim como todos os indivíduos brasileiros, estão vivendo constantemente essa violência.

Os designados homens passam por uma violência pesada, na maioria das vezes, pela figura paterna na introdução da masculinidade e da exigência pela potência heterossexual, sendo ensinado a induzir no corpo o prazer sexual e posteriormente, pressionado a ter relações sexuais precocemente, sem um cuidado com o próprio corpo e, menos ainda, com o corpo das mulheres. Aprendem a objetificar e desejar todos os corpos de mulheres cis padrões e a educação sexual é formada pela ideia de sexo irreal e superestimado das pornografias.

A puberdade das designadas mulheres atravessa o momento da menstruação, que é um tabu social, e a partir disso, uma superproteção do pai, dizendo que a filha não pode namorar, impedindo que explore e descubra os próprios prazeres na masturbação, que use roupas que “mostrem demais” as pernas e exigindo um recato do corpo, a fim de evitar que a menina seja feita de objeto sexual nas mãos dos homens que, por sua vez, foram doutrinados por esse mesmo pai de família a agir violentamente em suas relações.

Os LGBTI+ presentes nessas famílias - tanto como filhos quanto como pai ou mãe - são estruturalmente violentados pela norma, o tempo todo. Uma vez atravessados pela obrigatoriedade da lei e entendendo que ainda não há um lugar legítimo para as sua identidade sexual e/ou de gênero serem afirmadas e aceitas sem que sofram violência faz com que muitas pessoas *queer* não entendam ou não aceitem seus processos subjetivos e sexuais e a reação natural é tentar se inserir nesse padrão reivindicado ou entrar no “armário” buscando esconder sua diversidade e “neutralizar” as marcas LGBTI+ que eventualmente se dão nos seus corpos e nas suas relações afetivas.

Berenice Bento, uma socióloga brasileira e pesquisadora de gênero e sexualidade, expressa ao dizer que “O ‘reconhecimento’, tanto na questão racial quanto na dimensão das homossexualidades e dos gêneros dissidentes, dá-se por

mecanismos de apagamento das diferenças, e não pelo reconhecimento da diferença. Ou seja, acontece via assimilação.” (BENTO, 2018, p.56), isto é, algumas dessas pessoas desviantes vêm recebendo algum acolhimento, porém é sempre marcado por uma exigência de adaptação das condições de ser LGBTI+, deixando a entender que a pessoa é bem-vinda e bem aceita, porém dentro de determinadas circunstâncias que mascarem a identidade sexual desviante. Sobre os corpos trans, estes começam a ser aceitos uma vez que se aproximem da binaridade de gênero e apresentem características esperadas e o mais padrão cis gênero possível: ou significativamente masculino ou significativamente feminino.

Berenice fala que “o contexto brasileiro para os LGBTTT não está desconectado de uma cultura política nacional que se caracteriza por fazer o excluído ‘limpar’ suas marcas de diferença para ser aceito” (BENTO, 2018, p.55), ou seja, todos os corpos se referenciam no padrão estabelecido, limitando a diversidade e buscando ao máximo a adequação na normatividade. A população brasileira normativa tem a sensação de que essa falsa aceitação é um acolhimento e não enxerga a tamanha violência que exercem sobre esses corpos e identidades com tais pensamentos e atitudes. A LGBTIfobia está escondida na estrutura violenta da aceitação binária que não incomoda, não ofusca, e muito menos se sobreponha aos corpos cis e heteronormativos.

Os atos de violência, tanto física quanto moral, que frequentemente atravessam os LGBTI+, não só matam e machucam seus corpos, como ferem sua subjetividade e causam traumas e, em proporções coletivas, marginalizam e despotencializam os seus espaços de resistência nas estruturas sociais e sistêmicas. A grande perversidade da normatividade é que sua configuração não exclui nenhum dos corpos de sofrer violência, pois a estrutura se apresenta na cultura cotidiana de todas as pessoas.

Sobre os LGBTI+, ainda que seja muito difícil e incomum, é possível driblar e se blindar de atos de violência que violam em massa essa minoria brasileira todos os dias. No entanto, os corpos, as subjetividades e as identidades LGBTI+ nunca vão conseguir fugir da estrutura violenta que limita os movimentos, impede que frequentem lugares, criam empecilhos para que alcancem reconhecimento e visibilidade e excluem seus corpos dos espaços de representação na sociedade a qual vivemos.

2.3 O Diversidade Católica e as narrativas de violência e resistência

Observamos, ao longo do capítulo anterior, que o Catolicismo traz marcas significativas na cultura das sociedades cristãs e, diretamente, na religiosidade cristã da sociedade brasileira até os dias atuais. Seu processo histórico de atuação de poder enquanto instituição religiosa traz memórias culturais e mantém muitos fiéis frequentando as paróquias semanalmente.

A ampla pesquisa realizada neste trabalho propôs como parte da sua metodologia ouvir histórias relacionadas às identidades de gênero e sexualidade vividas por diferentes católicos LGBTI+, nem todos atuantes nas atividades paroquiais, mas, em sua maioria, habitantes e frequentadores de igrejas das cidades metropolitanas do Rio de Janeiro. Nosso principal objetivo foi, por meio desses relatos, identificar que tipos de afetos, experiências e identificações os atravessam em sua presença nas comunidades católicas.

O primeiro contato com o campo de estudo foi a chegada ao *DC*, o qual foi essencial para conhecer pessoas e narrativas que delinearão o resultado do TCC. Quando passei a frequentar as reuniões, me deparei com histórias de vida atravessadas por muita violência e desilusão com a própria existência, com as normas sociais e, em especial, com o catolicismo. Todavia, também me deparei com histórias potentes de superação e de caminhada na resistência extremamente necessárias para trazer esperança e estabelecer estratégias de permanência e atuação, não só nos espaços católicos, como também na sociedade.

Cris Serra é psicóloga, mestre e doutoranda em Saúde Coletiva, pesquisadora de discursos cristãos contra hegemônicos sobre gênero e sexualidade no Brasil, coordenadora da *Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT* e, entre outras atribuições, participante ativa no grupo *Diversidade Católica* desde 2008.

Em sua dissertação “‘Viemos pra comungar’: Estratégias de permanência na Igreja desenvolvidas por grupos de católicos LGBT brasileiros e suas implicações”, Cris traz a pesquisa sobre os embates e atravessamentos da diversidade cristã católica vividos pelos grupos de resistência LGBTI+ no Brasil. A dissertação apresenta os caminhos traçados pelo *Diversidade Católica - Rio de Janeiro*, junto aos demais grupos LGBTI+ de todo o país, no desenvolvimento de estratégias de resistência e de luta pela permanência das identidades sexuais e de gênero no catolicismo.

No capítulo 2, “Somos filhas e filhos de Deus e da Igreja: estratégias discursivas do Diversidade Católica do Rio de Janeiro”, especificamente na subseção 2.2, Cris descreve a trajetória do grupo. Em 2007 iniciaram-se as reuniões presenciais mensais, a princípio, para a elaboração e criação do site (no endereço <<http://www.diversidadecatolica.com.br>>), mas seus primeiros passos foram dados em 2005 quando três jovens amigos tiveram seus caminhos cruzados no catolicismo - e eu diria que por Deus. Um questionamento lhes era comum: o aparente paradoxo entre as identidades sexuais e de gênero fora da norma cis heterossexual e a identidade religiosa cristã católica.

Ela conta que esses jovens católicos leigos passaram a se encontrar semanalmente para rezar e partilhar conteúdos de textos pertinentes e passagens bíblicas buscando um discernimento e amadurecimento acerca das questões que os uniam. Gradativamente, outras pessoas foram tomando conhecimento dessas reuniões, se interessando e se juntando aos encontros a fim de somar aos debates seus conhecimentos, seus discursos e suas experiências. Em meio as trajetórias dos encontros, foram apresentados ao Padre PL - jesuíta com grande interesse no assunto, estudioso sobre sexualidade e religiosidade católica -, que se dispôs a acompanhá-los e instruí-los. E desse núcleo inicial, surgiu o grupo e a possibilidade de unir as experiências identitárias - religiosidade católica e identidade LGBTI+.

A medida que as ideias do *Diversidade Católica* foram se consolidando, os desafios foram crescendo e foi necessário definir até que ponto o grupo poderia atuar na Igreja e na sociedade sem que expusesse seus integrantes e, inclusive, o próprio padre a impugnações ou ataques de intolerância¹³.

Após muito estudar e se instruir, construíram o projeto do site com o intuito de compartilhar os pensamentos e as trocas que realizavam juntos e apresentar subsídios que tornassem palpável a abordagem do assunto, abrindo caminhos para aproximar outros possíveis LGBTI+ católicos às reflexões pouco conhecidas, porém muito potentes e necessárias.

O *site* inicialmente voltou-se à necessidade de afirmar que existem católicos não cis heteronormativos nos espaços religiosos e físicos da Igreja Católica e, dando

¹³É muito importante enfatizar que o anonimato do padre e o cuidado ao conhecer os novos membros do grupo são essenciais, pois o padre PL já sofreu sanções por ser abertamente aliado ao movimento de inclusão dos LGBTI+ no catolicismo.

visibilidade a essa circunstância, apresentar aos leitores a possibilidade dessa coexistência por caminhos não opressores. Para isso, no *site* havia uma aba de depoimentos, inicialmente dos integrantes do grupo, que, aos poucos, foi recebendo relatos dos leitores que se interessavam e sentiam-se à vontade para enviar seu testemunho e compor as vivências e as histórias de resistência na religiosidade e na identidade sexual e de gênero.

Havia também: passagens da bíblia, trechos e leituras de livros católicos que representassem e legitimassem a presença das diversidades na Igreja; escritos e pensamentos teológicos elaborados nos encontros semanais; textos, indicações de leituras e de filmes, registros legais e materiais sugestivos a militância LGBTI+ que fortalecessem a resistência e o conhecimento dos leitores enquanto diversidade, não necessariamente católico; leituras e sugestões de caminhos de oração e crescimento espiritual na fé; uma agenda de divulgação de eventos e reuniões que não fossem os encontros do *DC*; um direcionamento de contato com a equipe do site por *email* e cadastro para receber informações publicadas no site. “Pedro ressalta que ‘estava claro pra gente que a Igreja se comunica mal, é mal-entendida e mal-ouvida; a ideia era tentar, sem passar por cima dos pontos cegos, esclarecer os equívocos’”. (SERRA, 2017, p. 99)

Cris conta que em 2007, já tendo se iniciado os encontros mensais entre os membros idealizadores do *site* do *DC*, criando estratégias de resguardo dos participantes, o grupo começou a incorporar pessoas que faziam contato demonstrando interesse no trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo *Diversidade Católica* no Rio de Janeiro. Os resultados dos estudos e debates e a iniciativa do grupo de criar o site não só impulsionaram a fundação de novos grupos no Brasil como colaboraram e fortaleceram os novos grupos pela diversidade cristã católica.

Em Junho de 2012 foi realizado o primeiro evento a público aberto, divulgado nas plataformas digitais e intitulado “O amor de Cristo nos uniu: gays cristãos na Igreja Católica”, no qual foi exposta a história do grupo, conduzido um debate sobre as doutrinas da Igreja que atravessam as diversidades sexuais e de gênero e aberta uma seção de depoimentos pessoais. Esse encontro teve um impacto significativo para a realização das atividades do *DC* enquanto um grupo de LGBTI+ católicos.

Apesar das reuniões serem realizadas fora de uma comunidade paroquial e o grupo não se configurar como uma pastoral nas estruturas tradicionais que

conhecemos nas igrejas, a dinâmica dos encontros é de partilha, evangelização e pertencimento, assim como se configura um trabalho pastoral¹⁴. As reuniões ocorrem mensalmente no Rio de Janeiro e reúnem aproximadamente quarenta pessoas por encontro, mesmo não tendo uma limitação a nível de quantidade, com a finalidade de receber pessoas em busca de acolhimento e, compartilhando suas histórias de vida dentro das realidades da religião e das identidades sexual e de gênero, ajudem a desfazer os nós e as confusões que acompanham esses indivíduos em suas trajetórias religiosas e identitárias. São reuniões de partilha e desenvolvimento na fé enquanto LGBTI+. O grupo é composto não só por LGBTI+ católicos, mas especialmente por esses¹⁵, com diferentes histórias, trajetórias e formas de viver sua religiosidade e espiritualidade.

Liderado pelo sacerdote padre PL^{16*}, professor de teologia e aliado cristão nas causas LGBTI+, o grupo vem crescendo e ganhando visibilidade e espaço nos caminhos eclesiais e tamanha proporção, especialmente em número de pessoas, reportando o número não negligenciável de LGBTI+ que vivem a religiosidade e buscam uma forma de serem acolhidos e compreendidos dentro da instituição.

Os encontros promovem um ambiente seguro e confortável para receber a história de vida de forma aberta e compreensiva e, com isso, encontrar caminhos para atravessar o histórico conservadorismo católico a respeito do corpo LGBTI+, normatizado imperiosamente sobre a Bíblia e sobre as doutrinas do Catecismo da Igreja Católica.

As informações sobre local e a data dos encontros não são publicadas no site do *DC*, sendo apenas divulgadas internamente aos membros do grupo no início de

¹⁴ Pastoral é o nome que se dá aos grupos formados dentro das paróquias reunindo determinados núcleos de fiéis - jovens, famílias, crianças, missionários etc. - com o objetivo de evangelizar, alimentar a fé e realizar um trabalho de acolhimento e pertencimento dessas pessoas ao catolicismo.

¹⁵ O grupo é aberto para receber quaisquer pessoas dispostas a ouvir e dialogar a respeito das questões LGBTI+ na igreja católica ou fora dela; portanto recebe também pessoas apenas LGBTI+, pessoas apenas católicas, pessoas que buscam ajuda sobre familiares ou amigos, pais católicos com filhos LGBTI+, filhos católicos com pais LGBTI+, representantes de paróquias que buscam caminhos para questões LGBTI+ e todas as pessoas que, de alguma forma, somam a luta pela visibilidade LGBTI+ na Igreja.

¹⁶ Codinome por mim escolhido para o anonimato do sacerdote atuante, pois “no caso de clérigos aliados, especialmente quando se trata de padres diocesanos, há que tomar especial precaução para assegurar seu anonimato, em vista da possibilidade de sanções “tais como ordens de silêncio e transferências geográficas” por parte de seus superiores hierárquicos, sobretudo quando pressionados por setores católicos mais tradicionalistas “que dispõem de considerável capacidade de pressão sobre as autoridades eclesiais não só em termos políticos, mas, não raro, também econômicos.” (SERRA, 2017, p. 98)

cada semestre. Esse sigilo é realizado desde os primeiros encontros pois, além de evitar infiltrações de pessoas mal-intencionadas, evita a exposição do padre PL a sanções e rechaços pessoais e públicos. As reuniões normalmente acontecem em um salão fechado composto por cadeiras que são dispostas em um círculo duplo ajustado no espaço. Iniciam-se com uma breve oração e, em seguida, o padre se apresenta e pede para que se identifiquem as pessoas presentes pela primeira vez e, de forma aleatória, convida um a um a se apresentar e dizer o que o fez chegar até o grupo.

Não existe um roteiro sobre o que a pessoa deve dizer ou não nesse momento. Essa recepção e escuta é um momento muito delicado, pois não tem como prever o que a pessoa vai apresentar e como vai se ambientar a essa situação. Algumas vezes o padre intervém e puxa um diálogo básico tentando evitar o desconforto, outras vezes o conforto ao falar é tão grande que aparecem lágrimas e histórias fortes e abertas desde o primeiro momento. A base das reuniões está nessa recepção, pois é recorrente essa presença inédita de integrantes a cada mês. Essa chegada é o momento que cada um tem para contar sua história, suas dificuldades e conquistas, suas questões individuais e coletivas, suas dores e alegrias e todo o processo de caminhada, em maioria na vida cristã católica e LGBTI+, até o grupo.

Durante os depoimentos, muitas vezes os integrantes fazem perguntas, compartilham situações semelhantes, acolhem a fala e confortam os recém-chegados com suas experiências e conselhos a respeito das experiências relatadas. Em um momento de partilha, alguns integrantes relataram que as narrativas dos recém-chegados são marcantes tanto para quem chega quanto para quem já faz parte do coletivo. Relataram que as histórias sempre são surpreendentes, ainda que apareçam muitas repetições de comportamento vindas da instituição que deixam marcas distintas e singulares nos indivíduos.

Esses momentos foram extremamente relevantes na pesquisa e na observação. Para além dos depoimentos fortes e marcantes expostos pelas pessoas, foi de suma importância observar a forma como cada um se apresentava ao falar, ao gesticular e até a forma de se vestir. Foi notável que, na grande maioria dos iniciantes, havia uma tensão sobre o que esperar do grupo, alguns se apresentaram envergonhados, receosos e inseguros. Essas marcas trazem muitos aspectos da trajetória individual de cada corpo ao encontro com a exposição do seu gênero ou sexualidade *queer* em um ambiente que tradicionalmente se espera repressão.

A reunião tem a duração de aproximadamente duas horas, podendo ser composta por completo pelos depoimentos. Algumas vezes o padre apresenta algum assunto, acontecimento, texto ou registro para tratar com o grupo a respeito das questões LGBTI+ católicas. Após a reunião, todos os presentes se encaminham para a capela, localizada na área externa do espaço, para participar da Santa Missa, onde o padre convida aqueles presentes pela primeira vez ao encontro a participar da Liturgia da Palavra¹⁷. O padre PL utiliza uma casula¹⁸ colorida durante a celebração, a qual relata ser muito oportuna e representativa para a ocasião. A celebração dura aproximadamente 45 minutos e a temática da pregação e as orações são voltadas especialmente para as pessoas LGBTI+.

Após a missa, também no salão das reuniões, acontece um momento de confraternização com um lanche formado por itens que algumas pessoas tomam a iniciativa de levar. Este momento é importante para descontração e interação entre os novatos e o grupo, a fim de proporcionar um sentimento de pertencimento e aceitação, além da oportunidade de estreitar os laços entre os presentes. É também nesse momento que os novatos são convidados a integrar o grupo de *Whatsapp* do DC. O grupo virtual é usado para receber informações de quando serão as próximas reuniões, além de avisos recorrentes, informações sobre eventos, palestras, encontros paralelos e externos, retiros, pedidos de oração e demais assuntos relacionados ao propósito do grupo.

Após a primeira vez na reunião, as portas ficam abertas para a presença livre nos encontros e atividades seguintes da “família Diversidade”. Porém, são diversas as formas com que cada um toma conhecimento e passa a frequentar os encontros. O primeiro contato deve ser realizado através de um membro, sendo este conhecido de fora, ou entrando em contato com um dos membros atuantes na gestão do grupo, geralmente pelo *email* disponível no *site*. O grupo costuma sofrer alguns ataques de LGBTIfobia e intolerância, em geral através das publicações nas redes sociais. Com

¹⁷A liturgia é, de forma resumida, o conjunto de práticas religiosas em redenção ao sacrifício de Cristo na cruz. É a pregação do Evangelho, os atos de caridade, os serviços prestados à igreja e aos “irmãos em Cristo”, etc. A Missa, sendo o principal ato litúrgico da Igreja, tem um momento denominado “Liturgia da Palavra”, em que membros da comunidade proclamam as leituras referentes àquela Missa.

¹⁸Casula é o nome dado a uma das últimas e visíveis vestimentas do sacerdote. A representação desta vestimenta é a caridade sacerdotal e o fardo leve de Cristo, designada por duas passagens da Bíblia que dizem “Mas sobre tudo isso, revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição” (BÍBLIA, Col 3,1) e “Pois o meu jugo é suave e meu fardo é leve” (BÍBLIA, Mt 11,30).

isso, se faz necessário conhecer os novos integrantes previamente para manter a segurança e integridade de todas as pessoas que participam e frequentam o *Diversidade Católica*.

Durante os encontros de visitação ao *DC* foi redigido um questionário visando explorar mais a fundo algumas vivências de pessoas que passaram a compor a “família *DC*”, além de buscar alcançar outras histórias e vivências de pessoas LGBTI+ católicas que enriqueçam a experiência da pesquisa e relatam a realidade das diversidades nas comunidades e paróquias do Rio de Janeiro.

Desenvolvido na plataforma *Google*, o formulário foi divulgado na internet em Setembro de 2019 e os dados foram analisados em Setembro de 2020. Durante esse ano, foi distribuído através do grupo de *Whatsapp* do *Diversidade Católica*, presentes cerca de cem participantes, no grupo “*Católic@s LGBT*” no *Facebook*, com cerca de mil membros, além de encaminhado, não só para pessoas LGBTI+ católicas por mim conhecidas, como divulgado abertamente à todas as pessoas, a fim de alcançar o máximo de identificações ou grupos católicos LGBTI+ que respondessem às perguntas sobre as suas vivências na religiosidade e na espiritualidade enquanto LGBTI+. No início do questionário, foi explicado que não haveria divulgação de nenhuma informação sem autorização prévia e que todas as identificações seriam através de codinomes, reforçando a importância em respeitar a ética e o sigilo das informações e histórias registradas na pesquisa.

Das respostas totais, 47 são jovens de 18 a 25 anos de idade. Sete pessoas têm menos de 17 anos, 16 adultos de 26 a 35 anos e os adultos e idosos, de mais de 36 anos, totalizam 12 pessoas. Com isso, a maioria do público é formada por jovens-adultos que vivem ou viveram conflitos entre suas identidades e a doutrina da Igreja Católica. As informações registradas sobre o gênero e a sexualidade das pessoas são flutuantes, pois alguns seguem em processo de compreensão sobre suas variadas formas de se identificar.

De todas as respostas, as identidades de gênero presentes são 35 mulheres cis, 38 homens cis, quatro homens trans, uma mulher trans, uma travesti e três pessoas não binárias, totalizando 82 respostas. Como esperado, por conta do sistema binário tão fortemente enraizado no catolicismo, obtive poucas respostas de pessoas trans ou de outros gêneros não binários presentes na Igreja Católica. Das sexualidades, se apresentam 43 homossexuais, entre lésbicas e gays, 26 pessoas

bissexuais, cinco pansexuais, cinco heterossexuais, uma assexual, uma pessoa monossexual orientada para mulheres e uma pessoa plurissexual.

Acerca da religião, foram questionadas sobre como se identificam, além de questões sobre as vivências pastorais das pessoas que frequentam paróquias e praticam a religiosidade coletivamente. Com a pluralidade das respostas alcançadas, algumas pessoas como cis e heterossexuais, pessoas não cristãs ou que nunca tiveram experiências no catolicismo não se encaixam na pesquisa. Ao direcionar as perguntas, apenas pessoas LGBTI+ católicas e/ou cristãs são levadas em consideração no registro dos dados sobre as vivências da religião.

Diante disso, das 82 pessoas que responderam, 58 são católicas e oito são apenas cristãs, totalizando 66 LGBTI+ cristãos com ao menos uma experiência religiosa no catolicismo. As outras religiões registradas, como agnósticos, candomblecistas, anglicanos, espíritas e religiões não definidas totalizam 17 respostas. Alguns destes relatos foram considerados por haver atravessamentos relevantes pelo catolicismo, mas as outras foram desconsideradas a fim de aproximar os números ao mais real possível dos resultados de interesse para a pesquisa.

Como vimos ao longo deste trabalho, assuntos como sexualidade e identidade de gênero são muito delicados e requerem um cuidado absoluto, tanto para abordar quanto para registrar as informações. A partir disso, obtivemos muitos relatos importantes que apontam histórias de violência e resistência social, de limitação e libertação religiosa e, especialmente, meios de permanecer atuando no catolicismo e de aceitar a própria identidade sexual e/ou de gênero.

Os depoimentos são originados de falas durante os encontros do *DC*, anotados e gravados por voz, de relatos do formulário, geralmente não identificados (citados nessa pesquisa como A seguido de número), acerca de perguntas direcionadas às violências e resistências, de algumas falas de fiéis e de representantes religiosos trazidas pelas organizadoras do livro *Religiões e Homossexualidades* e de duas entrevistas informais, uma realizada por mensagem no *Whatsapp* mantendo o anonimato e a outra, pessoalmente em um encontro do *DC* com Murilo Araújo que, além de membro do grupo, é militante pelas questões raciais e LGBTI+ e influenciador digital pelo canal *Muro Pequeno* no *YouTube*. Todas essas fontes de informação, junto à vivência empírica do lugar de fala pelo qual este trabalho foi desenvolvido, ilustram os resultados alcançados na pesquisa.

“Me identificar como homossexual e sair do armário não foi nada fácil. Tudo o que eu falei pra ti até agora foi o que me fez ser uma criança e uma adolescente muito doutrinada. Digo isso no quesito ‘aceitas as coisas como são’, sem questionar nada nem ninguém. ‘O certo é isso. É assim porque Deus quer’, ‘isso é errado porque tá errado’, e eu aceitei isso por muito tempo. Na minha infância e adolescência eu escutava ‘fulano é gay’, ‘viadinho’, ‘sapatão’ como insultos e me vinha na cabeça um monstro sem decência e sem consideração.” (BR, 2020)

Das respostas sobre as violências dentro da igreja, 35 pessoas responderam que já sofreram algum tipo de violência e 31 não se sentiram violentadas na Igreja Católica. Na vida religiosa, muitos LGBTI+ frequentam a paróquia omitindo e escondendo sua identidade sexual ou de gênero e alguns convencem a si próprios a não entrar em contato com sua sexualidade. Assim também, muitas pessoas limitam sua participação nos rituais e atividades religiosas por não se sentirem dignos de se aproximar da vivência tão próxima de Deus.

Durante as reuniões no *DC*, ao menos uma narrativa em cada encontro relatou ter pedido perdão a Deus, em algum momento da vida, pela sua sexualidade e sua existência, por seus interesses e desejos, desculpando-se por não conseguir sentir ou desejar diferente e clamando para que Ele modificasse sua subjetividade. Algumas pessoas relatam também que optam por internalizar sua identidade para facilitar a possibilidade de permanência e aceitação na comunidade. Para sustentar sua decisão, entre outras coisas, vivem o gênero designado, bloqueiam possibilidades de relacionamentos e sofrem com os ocasionais envolvimento emocionais.

Sobre a presença dos LGBTI+ nas comunidades católicas, 38 estão semanalmente na igreja, 19 vão às vezes e não se envolvem em atividades pastorais e 9 não frequentam os espaços das igrejas católicas. Ao mesmo tempo que mais da metade das pessoas permanecem atuantes nas igrejas, apenas 14 pessoas vivem abertamente fora do armário e 14 procuram não expor sua identidade LGBTI+. Porém, 27 pessoas permitem que amigos próximos na igreja tomem conhecimento da sua diversidade.

Alinhar-se com Deus, se aceitar e transparecer sua identidade não normativa é uma abertura para possíveis LGBTIfobias, como a “cura gay”, para impossibilidades de receber sacramentos, para desconforto de participar de grupos pastorais e até mesmo, de sofrer perseguições e violências morais, físicas e psicológicas. Por isso,

essa violência estrutural que existe dentro do “armário” costuma ser mais acolhedora que as possíveis violências vindas da comunidade católica.

Em um dos encontros do *DC*, *MW*, um jovem de 23 anos, homem cis e homossexual, conta que passou a infância na igreja protestante com sua avó e, após muita repressão, buscou sua espiritualidade no catolicismo. Ele relata que se identificou muito com a religiosidade, mas ainda assim se sentia intimidado pelo espaço da igreja e começou a falar com Deus pedindo para que Ele “limpasse a sujeira” que ele sentia que tinha em sua sexualidade. Foi expulso de casa e, durante dois anos, negou a sua identidade sexual dentro da igreja, vivia dentro do armário, introvertido, “o mais discreto possível”.

Assim também se passou com *BR*, uma mulher cis, homossexual, de 24 anos, que relata, em depoimento pelo aplicativo *Whatsapp*, ter nascido em uma família católica e ter crescido sob toda a doutrina da Igreja. “Na época em que eu estudei no colégio católico, eu tinha vontade de beijar algumas amigas, mas sempre que isso rolava, eu ia até a capela pedir perdão, pedir pra Deus me guiar pro caminho certo.” (*BR*, 2019). Em seu processo de descoberta sobre a sexualidade, além dos embates familiares, conta que buscou um relacionamento heteronormativo para tentar corrigir sua subjetividade. “Na adolescência, depois que me assumi pra minha mãe, eu ‘tive’ que namorar um menino, mesmo não querendo. Minha mãe pediu pra que eu tentasse. ‘Vai que tu começa gostar dele depois...’. Bem, eu tentei. Mas não funcionou. Não fez o meu tipo...” (*BR*, 2019)

A anulação da própria identidade sexual e de gênero configura uma resposta à violência estrutural pela qual todos os LGBTI+ passam todos os dias. A LGBTIfobia provoca um movimento de tentar produzir no próprio corpo a configuração normativa, fazendo com que violentem a si mesmos para que sejam aceitos na sociedade.

Foi bem complicado me assumir, pois minha família sempre impôs que Deus jamais permitiria a entrada de um homossexual em seu reino pós vida. Quando me descobri de fato, foi difícil conciliar e aceitar o meu eu com o que, supostamente, minha religião prega. (*A1*, 2019)

Não só dentro da comunidade católica como na instituição familiar, os LGBTI+ permanecem resguardando suas identidades sexual e de gênero, performando a normatividade de gênero, vivendo a sexualidade de forma oculta ou não vivendo,

sempre com o receio da violência que pode vir de dentro de casa, para além da violência já esperada na sociedade.

Nesse meio tempo, eu saí do armário pros meus familiares e foi outra coisa muito difícil. Minha mãe tentou me matar... ela disse que era melhor eu estar morta do que eu ser homossexual. Minha tia e minha avó tiraram ela de cima de mim. Depois de dois dias, ela disse pra mim que não aceitaria "essa condição", mas que iria tentar me respeitar como pessoa. E aí a gente "voltou a se falar", mas ela a todo tempo me julgava e dizia que não era certo, que Deus não queria isso, que Ele nunca havia criado o terceiro gênero e outras coisas desse tipo. (BR, 2020)

A dificuldade dos pais de respeitar a sexualidade e o gênero dos seus filhos aparece em peso nas histórias relatadas. O receio de frustrar os pais ou de serem rejeitados por seus familiares aparece como um dos principais atravancamentos no processo de aceitação da própria identidade.

Em um dos encontros, MC, 37 anos, mulher cis e bissexual, conta que não frequentava muito a igreja, mas era devota de Nossa Senhora Aparecida e teve conhecimento da sua sexualidade quando, na adolescência, escondida da família, se apaixonou e se relacionou com uma mulher. Após alguns anos, tendo terminado o namoro, contou aos pais sobre o que havia vivido com a "amiga" e, logo depois, mudou de cidade em uma oportunidade de trabalho. Ela conta que a mãe, apesar de chateada, a acolheu e lidou bem com o fato. No entanto, o pai virou as costas e parou de falar com ela. Ainda que MC o tenha procurado e muito tentado dialogar, até este momento ele segue decidido a não ter nenhuma notícia da filha. Ela relata o quanto a atitude do pai a machuca e ainda a faz se sentir errada e ter esperança de "encontrar uma vida heterossexual". MC voltou ao Rio de Janeiro na semana deste relato e, no mês seguinte, encontraria seu pai na reunião de Natal, e disse que, desde o ocorrido, reza o terço todos os dias buscando a ajuda de Deus para se reconciliar com o pai. "Eu espero que Deus tenha chegado ao coração dele e que eu consiga ao menos olhar nos olhos dele e dizer o quanto eu o amo. Seria o meu melhor presente de Natal!" (MC, 2019)

Nas reuniões do *DC* apareceram muitas vezes pais e mães aflitos buscando ajuda para entender o funcionamento da sexualidade e tentando encontrar conforto e esclarecimento a fim de livrarem-se dos próprios preconceitos. Muitas vezes os familiares temem serem eles próprios oprimidos pela leitura social de fracasso que é

feita sobre um pai que tem um filho LGBTI+, levando-os a ter atitudes violentas como punições na tentativa de corrigir, se afastar para não lidar com a circunstância ou até expulsar de casa por abominar completamente as homossexualidades.

A expectativa que é criada sobre os filhos faz com que acreditem que a sexualidade desviante é uma afronta, uma desonra à família, acreditando na ideia de que a identidade de gênero e a sexualidade podem ser produzidas nos corpos através de doutrinações. Por trás da normatividade da família tradicional está estruturada a ideia de que quando um filho se apresenta como LGBTI+, a responsabilidade está na educação que receberam.

Em seu artigo *Homoafetividade e evangelização: abrir caminhos* (2014), o padre aborda a iniciativa dos bispos norte-americanos que escreveram uma carta pastoral aos pais dos LGBTI+ com o título “Sempre nossos filhos”, a qual fala sobre o amor incondicional e a infinita capacidade de Deus de perdoar, expondo que se aplica também aos homossexuais. A carta também fala que Deus não ama menos os gays e as lésbicas, além de instruir que os pais devem amar a si próprios e não devem se culpar e se responsabilizar pelas escolhas feitas pelos seus filhos. A partir do amor de Deus, os pais são encorajados a demonstrar amor incondicional pelos filhos, exaltando a importância que têm o apoio familiar na vida desses LGBTI+.

Em grande parte dos casos os pais costumam levar um tempo até entender que a identidade divergente não muda o caráter e a personalidade dos seus filhos e compreender que é parte relevante da subjetividade e não algo que tenha que ser mudado. Muitas vezes esses pais temem a violência, tanto moral quanto física, que os filhos podem sofrer publicamente, mas quando passa o luto do “filho idealizado”, percebem que é essencial apoiar, se aliar e proporcionar um ambiente seguro dentro de casa, até para os filhos não queiram se afastar. Alguns relatos como o da BR ilustram bem esse momento de encontro e acolhimentos.

Minha mãe começou a nos ajudar. Depois de tudo que aconteceu, ela começou a entender que não era uma opção. Mesmo antes de rolar essa situação com os tios e os pais da minha namorada, minha mãe também ajudava a gente a sair escondidas, deixava ela ir na minha casa, dormir lá.. e quando ela fez 18 anos, minha mãe nos ajudou a sairmos de casa pra morar juntas! Isso já faz dois anos e meio e estamos juntas até hoje. Minha mãe mudou muito, o jeito dela de falar, de se posicionar... hoje eu posso dizer que ela me aceita e me respeita. (BR, 2020)

Quando questionei o público sobre alguma vez terem sido impedidos de realizar alguma prática religiosa, 50 pessoas apontaram que nunca foram impedidas de praticar o catolicismo em nenhum aspecto, quatro pessoas foram impedidas pela igreja, cinco pessoas impediram a si mesmas, duas pessoas foram impedidas pela comunidade paroquial e duas pessoas foram impedidas tanto pela igreja quanto pela comunidade. Destas 50 pessoas que não foram impedidas de realizar nenhuma prática, ao menos metade aponta que a sua sexualidade não é de conhecimento dos paroquianos ou da comunidade da igreja, de modo que a maioria das pessoas concilia a religiosidade e/ou a espiritualidade de dentro do “armário paroquial. Vide relato do formulário:

Não acho necessário da minha parte as pessoas saberem da minha orientação, por mais que apoie a existência dos LGBT+ em nossas comunidades. Atualmente meu pároco não sabe por mim sobre minha orientação e eu não me sinto à vontade com ele, pois ele se demonstra homofóbico. (A2, 2020)

A estrutura doutrinária e o discurso da Igreja Católica são conservadores e seguem reafirmando a normatividade descrita nas Escrituras sobre as sociedades antigas. Porém, o catecismo instrui que os homossexuais devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza na religião e nas comunidades. As LGBTIfobias que acontecem nas paróquias são resultado da violência estrutural sobre os LGBTI+ na sociedade, e amparadas pelo silêncio e omissão dos representantes religiosos em situações violentas. Uma grande parte das pessoas da sociedade são intolerantes, incluindo alguns padres e alguns fiéis.

A mãe da minha namorada, junto com o ex-namorado dela, começou a espalhar na igreja que eu havia corrompido a ***. Disseram que eu arquitetei o término do relacionamento com o menino, dizendo que eu era homossexual e estava na igreja pra corromper as meninas. Eles disseram que eu tinha estuprado e corrompido ela, e feito outras coisas com outras pessoas que eram nossos amigos e que também eram LGBT. As pessoas me seguiram mesmo, na rua, na igreja mas assim, se fosse só seguir, eu estava ok. Mas os olhares que elas faziam... os cochichos, enfim, eu passava mal. Era pesado ficar na igreja. (BR, 2020)

Dos 66 cristãos católicos que responderam ao formulário, 38 têm o hábito de se confessar e 28 não praticam o sacramento. Destes, 58 pessoas entendem a identidade LGBTI+ como pecado e apenas oito afirmam não ser pecado.

MW relata que na primeira confissão a qual abordou sua sexualidade desviante teve uma resposta muito agressiva do padre. Ele conta que ouviu do padre que ele não podia ser aceito naquela igreja, indicou que ele mantivesse segredo dessa situação e o instruiu a buscar um psiquiatra para corrigir as “inclinações homossexuais”. Por fim, foi ordenado que ele se retirasse imediatamente da igreja.

Eles te aceitam como homossexual, mas você não pode ter uma relação homossexual. Então isso às vezes me deixava entre a cruz e a espada. Qual é o caminho que eu vou seguir? Eu continuo nessa Igreja, que me castra pela opção que eu fiz, ou eu abandono essa igreja e parto realmente para vida que eu escolhi? Na minha cabeça eu sempre tive isso muito conflitante. Uma hora era: Será que eu estou pecando? (ALVES e DA MOTA, 2010, p. 182)

O discurso dos sacerdotes, especialmente no contexto da confissão, tem um poder e uma autoridade muito marcantes na vida dos fiéis, assim como relatado no formulário. “Cheguei a presenciar alguns discursos LGBTfóbicos em homilias do próprio padre, o que me deixou bem desconfortável” (A3, 2020)

Os representantes do clero na Igreja são os porta-vozes do discurso em cada comunidade e, nessa circunstância, são diversas as abordagens e as formas de lidar com o público LGBTI+. A vontade de verdade atribuída ao Sacramento religioso ritualiza uma ordem de Deus sobre a vida dos católicos e por isso exige preparo, instrução e prudência com o que é falado. No caso dos LGBTI+, exige uma responsabilidade e um cuidado ainda maiores, pois são pessoas que já são violentadas pelo mundo e já chegam às igrejas em busca do acolhimento cristão e dos cuidados de Deus. Ainda são muitos os párocos conservadores e fundamentalistas despreparados para lidar com as demandas da comunidade, que, por se negarem a acolher um LGBTI+, violam de forma profunda, e muitas vezes determinante, o corpo, a subjetividade, a integridade e a alma cristã católica dessas pessoas através desses atos de violência.

Ainda que atravessados pelas violências religiosas, pelos conflitos individuais e familiares, ainda que acompanhados pela culpa, os LGBTI+ seguem participando das missas, das atividades das paróquias e dos ritos católicos. “Sou membro ativo de um movimento jovem e jamais abandonaria. Mas, somente meus amigos mais próximos sabem que eu fico com pessoas do mesmo sexo que eu, é um receio meu mesmo.” (A4, 2020)

Ao mesmo tempo que muitas pessoas passam por experiências traumáticas, alguns relatos nos mostram que o clero vem cada vez mais se instruindo sobre as questões dos LGBTI+ e se conscientizando sobre a necessidade urgente de discursos produtores e acolhedores. “No começo eu não me sentia confortável por conta da Igreja, mas minha paróquia sempre me acolheu muito bem apesar dos casos pontuais de homofobia. Com o tempo, fui ficando mais tranquila e confortável. (A5, 2020).

Com efeito, como sublinha Sbardelotto, a complementaridade entre o contato "real" entre os membros do *DC/RJ*, nos encontros presenciais, e o contato "virtual" (...) desempenhou um papel crucial no nascimento, expansão e configuração tanto do grupo quanto do trabalho por ele desenvolvido posteriormente. Essa mescla entre o contato "real" e o "virtual" se mostraria crucial para a sustentação dos demais grupos católicos LGBT brasileiros e sua consolidação como comunidades, bem como para a própria fundação e composição da Rede Nacional. (SERRA, 2019, p. 182)

A existência do *Diversidade Católica* no Rio de Janeiro, assim como dos demais grupos e coletivos LGBTI+ católicos crescentes pelo Brasil, tem um impacto político potente e se faz extremamente relevante na busca pelo espaço necessário de visibilidade e legitimidade das diversidades sexuais e de gênero, não somente na instituição social religiosa, como também em todos os espaços da sociedade brasileira. O *DC*, metaforicamente, se apresenta como uma ferramenta dentro do cristianismo para ajudar a criar brechas de diálogo e inclusão no “armário eclesial”¹⁹ ainda existente nas comunidades católicas de toda a cidade.

A Igreja Católica, ainda que firme nos seus dogmas conservadores, vem entendendo que não existe mais como passar por cima da presença dos LGBTI+ nas comunidades e, mais que isso, estão percebendo que não há como “aprisionar” a diversidade dos paroquianos no discurso do pecado. O *DC* vem como uma linha de frente apontando a violência e o atentado contra a vida que é feita quando instrui a normatividade, quando um padre não se posiciona frente a um ato de violência na paróquia ou em casos de pregações e homilias LGBTIfóbicas.

Cris Serra aponta que os encontros do *DC* consolidaram tendências de “reflexões teológicas mais evidentemente estruturadas e sistemáticas, tanto no âmbito

¹⁹ “Eclesial” é um termo usado para referir-se ou caracterizar atividades, espaços, objetos, conceitos e pessoas relacionadas à Igreja. Neste caso, o “armário eclesial” configura os LGBTI+ que estão vivendo a religiosidade em comunidade nas Igrejas e evitando com que se torne pública a sua identidade de gênero ou sexualidade.

moral quanto em termos do debate "eclesiológico" (isto é, acerca da concepção do que a própria Igreja é)." (2019, p. 183) Os encontros presenciais do *DC* resgatam em muitas pessoas o amor de Deus e o gosto pela vida, a qual muitas vezes são retiradas pelos preconceitos, opressões e impedimentos de pertencer ao catolicismo.

As doutrinas e os dogmas não foram alterados e atualizados às novas sociedade, porém o grupo fortalece essas pessoas a se juntarem em número cada vez maiores de resistências LGBTI+ católicas para seguir lutando e buscando quebrar as incoerências e limitações tóxicas da religiosidade católica. No entanto, das características marcantes do grupo, o que se destaca é o caráter sensível, de acolhimento e escuta, de trocas e identificações uns com os outros, mais que a preocupação em debater as doutrinas conservadoras. "as reuniões assumiram contornos inesperados, com uma menor ênfase no aspecto formativo doutrinário Originalmente pretendido e mais espaço para a dimensão afetiva." (Ibidem)

A partir dos encontros "reais" nas reuniões mensais do DC/RJ, consolidou-se a tendência de reflexões teológicas mais evidentemente estruturadas e sistemáticas, tanto no âmbito moral quanto em termos do debate "eclesiológico" (isto é, acerca da Concepção do que a própria igreja é), se concentrarem nas plataformas virtuais ponto como descreve Pedro, as reuniões assumiram contornos inesperados, com uma menor ênfase no aspecto formativo doutrinário Originalmente pretendido e mais espaço para a dimensão afetiva. (SERRA, 2019, p. 183)

Para além disso, o espaço se faz como um caminho didático para pessoas leigas, aliadas, cis heteronormativas e pais de pessoas LGBTI+ que buscam se ambientar com as pautas do movimento, com os sofrimentos que passam as diversidades e com as formas pelas quais podem fazer alguma diferença do seu lugar de privilégio. O grupo tem um histórico muito bonito de auxiliar no reencontro entre pais e filhos, uma vez que muitos pais e, especialmente, mães procuram o *DC* em busca de ajuda para acessar a diversidade de seus filhos.

Em seu artigo, Padre Luís Corrêa Lima, aliado aos movimentos de católicos LGBTI+, traz a reflexão da carta que foi escrita em 1997 por um grupo de bispos norte-americanos aos pais de LGBTI+:

Há muitas famílias que têm filhos gays e sofrem imensamente com isso. Os pais frequentemente culpam a si mesmos e não sabem o que fazer. Essa mensagem é muito oportuna também na realidade social e eclesial do Brasil. Os bispos norte-americanos também trataram da pastoral com

homossexuais. Nesse trabalho, os ministros religiosos são convidados a ouvir as experiências, as necessidades e as esperanças dessas pessoas. Assim se manifesta o respeito à dignidade inata e à consciência do outro. Gays e lésbicas podem, dependendo das circunstâncias, revelar a sua condição a familiares e amigos e crescer na vida cristã (USCCB, 2006). (LIMA, 2014, n.p.)

Em uma entrevista dada ao estudo registrado no livro “Religiões e Homossexualidades”, um padre identificado como LC3 aponta a necessidade de entender quais as demandas da comunidade contemporânea e abrir espaço para o diálogo com as diversidades sexuais e de gênero. Ele afirma que a Igreja Católica é a instituição com maior capacidade de acomodar conflitos em seu interior, além da estratégia de alguns setores mais progressistas de “provocar mudanças na doutrina moral e social e mesmo na forma de organização do grupo confessional, uma vez que se explicitam divergências nos seus quadros.” (2010, p. 59) Ele apresenta a necessidade de grupos que combatam diretamente as doutrinas conservadoras institucionalizadas pelo catolicismo a fim de abrir caminhos para novos posicionamentos oficiais do Vaticano sobre a existência legítima das identidades sexual e de gênero na ICR.

O ideal é que as igrejas acolham os gays, que não precisem fundar uma comunidade gay. Mas, nesse momento, essa mediação é imprescindível porque, se eles não buscarem essas igrejas, eles não vão encontrar apoio em lugar nenhum. No nosso caso, a opção não é constituir um grupo à parte, queremos justamente ajudar as pessoas a viverem nas suas comunidades, nas suas paróquias, fortalecendo a sua identidade gay católica. A ideia do site é, justamente, criar um fórum para que as pessoas possam dar depoimentos e recolher subsídios para viabilizar a identidade gay católica. (MACHADO *et al*, 2010, p.58)

Murilo Araújo, em entrevista, relata que sempre se entendeu como católico e que nenhuma doutrina normativa afetou a conexão com a sua religiosidade e que a vivência em comunidade é o que preenche a sua fé. Ele fala que, ainda que a espiritualidade consista também na relação individual com Deus, as práticas religiosas coletivas são o mais potente da religião. “É por isso que a gente reza missa... por isso que a missa é tão importante na fé católica. É uma coisa que nunca quis, que nunca passou pela minha cabeça abrir mão, porque tá no centro da minha vida em muitas dimensões.” Uma vez sendo, não as doutrinas, mas a comunidade o centro da sua religiosidade, ele aponta que “essas outras coisas são muito mais fáceis da gente repensar, da gente negociar, da gente participar...”.

Murilo entende que é de responsabilidade de cada fiel construir uma Igreja melhor, uma comunidade mais consciente e mais colaborativa. Ele apresenta ser, cada um dos fiéis, agente de contribuição e de transformação de uma Igreja livre de coletividades tóxicas. Assim ele diz, em entrevista oral:

O Concílio Vaticano II nos impulsiona pra esse lugar de assumir o nosso lugar como pessoas leigas na construção do bem e na construção da caminhada da Igreja. Então, se eu entendo hoje que a homofobia da Igreja afasta a Igreja do projeto do Evangelho, é meu papel enquanto católico questionar isso... é o que um cristão adulto faz: ouve a Deus na própria consciência e contribui pra caminhada dos irmãos, pra caminhada da comunidade, pra caminhada da própria Igreja. Então, o meu jeito de contribuir pra caminhada da Igreja hoje é, entendendo que uma Igreja que não acolhe pessoas LGBTs, não é a igreja de Jesus Cristo. E isso pra mim nem está mais sobre questão. A minha potência é essa contribuição. (ARAÚJO, 2019)

Padre Luís, em seu artigo, aborda a lei editada pelo Concílio Vaticano II que instrui sobre a necessidade de adaptar a evangelização à realidade dos povos. Ele ressalta que deve haver o constante diálogo da palavra de Deus com as diferentes culturas e momentos da sociedade.

Os fiéis precisam saber ouvir e interpretar as várias linguagens ou sinais do nosso tempo, para avaliá-los adequadamente à luz da Palavra de Deus, de modo que a Revelação divina seja bem compreendida e apresentada de modo conveniente (*Gaudium et Spes*, n. 44). A correta evangelização, portanto, é uma estrada de duas mãos, de intercâmbio entre a Igreja e as culturas contemporâneas. A fé cristã necessita dialogar com os diversos saberes legítimos. Só se pode saber o que a Palavra de Deus significa hoje, e que implicações ela tem, com suficiente conhecimento da realidade atual, que inclui a visibilização da população LGBT e o reconhecimento dos seus direitos humanos. (LIMA, 2014, n.p)

Ele aponta que somos convidados a não aprisionar a palavra de Deus ao momento histórico de anos atrás, entendendo que a sociedade está em constante transformação e o que se aplicava há dois mil anos atrás muito provavelmente não se aplica ao momento atual, como é o caso da questão LGBTI+ na busca pela participação ativa nas atividades religiosas da Igreja.

Na reunião de Outubro de 2019 do *Diversidade Católica*, o padre PL relata a história de uma mulher católica que, após 2 anos casada com um homem cis, se separou e se assumiu LGBTI+ nas redes sociais. No dia seguinte ao fato, quando ela chegou na igreja, as pessoas se afastaram, cochicharam e apresentaram olhares de

desaprovação. Ele conta que ela continuou indo a paróquia, frequentando as missas e participando das atividades com os filhos e com a namorada. Com o passar dos anos, a escandalização foi se dissolvendo e a sua presença não mais causava impacto na comunidade. Foram anos de persistência, até que na missa de celebração dos 15 anos da filha, ela entrou em procissão de entrada pelo meio da igreja e ainda emocionou as pessoas presentes. “O padre já aceita a situação”. Ela comungava sem ser repreendida e, em algum momento, solicitou ser ministra da Eucaristia. O PL fala que ela encontrou uma resistência social e burocrática que só foi superada depois dessa caminhada pastoral de resistência e, então, de acolhimento do pároco.

Ela está lutando e alcançando, acredito que ela vá conseguir se tornar MESC. Então, só de ela conseguir ir colocando o pé na porta, e não retroceder diante da hostilidade, é um grande passo. Mas isso não é fácil! A pessoa tem que ter uma casca grossa emocional que nem todo mundo tem. E aí, se a pessoa vai pro buraco, isso pode fazer tanto mal que é melhor se afastar pra continuar vivo e livre dessa opressão religiosa, que é tóxica. Eu acho que poucos conseguem enfrentar e não se deixar abater. (2019)

Na pesquisa realizada na seção “Sexualidade e gênero: os discursos das lideranças religiosas”, no livro *Religiões e Homossexualidades*, a autora demonstra que no caso do estado do Rio de Janeiro “o processo de revisão da tradicional hierarquia moral da sexualidade encontra-se ainda numa fase muito inicial e que o discurso mais igualitário em relação às distintas expressões sexuais está longe de ser uma realidade entre as lideranças católicas.” (MACHADO *et al*, 2010, p. 62) Diante disso, de modo ainda mais relevante, é de suma importância que as lutas continuem sendo travadas.

Apesar disso, Cris trabalha, em um dos capítulos do seu livro (2018), com o denominado “efeito Francisco”, que foi o início de uma mudança significativa na postura e atuação de muitos padres e bispos impulsionada pela ascensão do Papa Francisco, em 2013, a autoridade máxima da instituição católica. Francisco, com seu caráter inclusivo, demonstra respeito às diversidades, fala abertamente sobre a existência legítima de católicos LGBTI+, encontra-se publicamente com pessoas gays e trans, passou a falar sobre a necessidade de oração contra a LGBTIfobia e, apesar de muitas críticas e contraposições vindas de setores conservadores da Igreja Católica, sua postura veio abrindo caminhos para significativos avanços, diálogos e,

especialmente, para a possibilidade de aproximação e permanência dos LGBTI+ nas atividades do catolicismo.

Assim como os representantes do clero aliados, muitos fiéis presentes nas comunidades católicas, acompanhando as mudanças gradualmente ocorridas nos últimos anos, vem também abraçando a causa e assumindo uma postura de afeto e unidade no combate às LGBTIfobias, aos discursos violentos vindos de padres conservadores e contribuindo com a inclusão de pessoas LGBTI+ nas atividades pastorais das igrejas católicas.

Padre PL, enquanto sacerdote e estudioso dos assuntos *queer*, assumiu um compromisso cristão, através do seu discurso católico oficial e fortalecido pelos discursos do papa, de lutar pelas possibilidades de existência e permanência legítima da comunidade LGBTI+, não só na Instituição Católica, como também na sociedade. O padre, em sua longa caminhada ao lado da comunidade LGBTI+, presenciou e acolheu uma série de histórias fortes de violências sofridas por pessoas trans, homossexuais, bissexuais, pansexuais, intersexuais e demais diversidades católicas em suas visitas e atuações em diversas paróquias no Rio de Janeiro. Ele reforça que muitos são os danos causados e que os relatos são de exaustão da resiliência para existir nas comunidades. Ele afirma que, nas situações de resiliência, é importante ser resistência e “colocar o pé na porta”.

A "saída do armário", portanto, ao romper o pacto de silêncio em torno da existência de uma diversidade sexual e de gênero no campo religioso provoca uma reviravolta epistemológica - no sentido de que a autoridade dos detentores do saber sagrado (conforme a economia de verdade descrita por Foucault), que legitima seu poder, é, primeiro, questionada no momento em que o saber dos próprios "católicos LGBT" sobre si mesmos vem se contrapor ao deles; e, segundo, é subvertida no momento em que a narrativa de vergonha que justificava o ocultamento é substituída por uma "autonarrativa" de orgulho. (SERRA, 2019, p.191)

Diante disto, Cris reforça que quando saímos do “armário eclesial” e nos apropriamos da identidade LGBTI+ junto a identidade católica, supostamente antagônicas, sacudimos o discurso de verdade da Igreja e abrimos um espaço de existência e abrimos caminhos de resistência e o espaço colorido de existência no catolicismo.

3 CONCLUSÃO

Ao pensarmos a Igreja Católica como um micropoder, no conceito biopolítico pensado pelo francês Michel Foucault no século XX, pensamos na lei das doutrinas católicas como mecanismo de produção de corpos dóceis e produtivos. As religiões, na subjetividade, têm a função de conectar os indivíduos com o plano espiritual não explicado pelos estudos científicos, geralmente oferecendo culto a deuses e buscando elevar a composição incorpórea das pessoas. Na coletividade, tem um papel social de ser um intermediário cultural entre os seres sociais, além de ser um meio pelo qual são estabelecidos valores, tanto coletivos quanto individuais, no corpo social.

Após a passagem histórica de Jesus Cristo pela sociedade, somado a autenticação de seus ensinamentos registrados no livro Sagrado, o catolicismo instituiu-se e se espalhou-se muito rapidamente pelas nações, adentrando à diversas culturas e se estabelecendo como uma religião hegemônica durante muito tempo no mundo ocidental.

Diante disso, a Igreja tornou-se parte integrante privilegiada do sistema político vigente na sociedade, que visava a centralização de poder no acúmulo de metais preciosos, de territórios, de títulos em guerras e de influência sobre a vida dos indivíduos. Esse processo de estabilização da Igreja hegemônica atravessou o que Foucault chamou de sociedade de sangue, se apropriando de terras e de pessoas através do gládio. Assim como o imperialismo religioso realizado nas missões civilizatórias pelo mundo foi atravessado pelo direito de matar, os valores produzidos nessas sociedades também foram tomados por violências extremas. A sociedade do gládio foi substituída pela sociedade da norma e, a partir de então, a manutenção do controle e do poder da Igreja Católica Romana se valeriam pela reafirmação da normatividade dos corpos sociais descritas nas Escrituras e produzidas nos discursos de verdade disputados e interditados através da repetição dos discursos nos rituais religiosos.

Como vimos ao longo do trabalho, Foucault apresenta a sexualidade como o dispositivo de maior necessidade de apreensão do discurso de verdade e de imposição de uma normatividade para manter o controle da população. Para isso, foram estabelecidos os padrões de heterossexualidade, de performatividade cis gênero e maneiras monogâmicas de estabelecer relações.

Essa normatividade compulsória violenta profundamente a subjetividade e as identidades existentes nos corpos dissidentes da norma. Quando se busca negar, ridicularizar, abominar ou exterminar as características genuínas dos desejos, dos corpos e das relações em sociedade, força os indivíduos a se apropriarem de identidades e formas de existência que não lhe pertencem. E tratando-se da religiosidade católica, todas as diferentes formas relacionais, de gênero e de sexualidade são configuradas como pecado e, diante dessa constatação, gera uma culpa sobre algo que não pode ser redimido nem verdadeiramente transformado.

Foucault afirma que não existe universalidade para todas as manifestações do sexo. Por muitas vezes “se tentou, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial” e, no entanto, falharam. Ele aponta que as diversidades que seguem aparecendo na sociedade não são suficientes para se encaixar nas políticas feitas para as normatividades. (1999b, p. 98)

Aos interesses biopolíticos da Igreja Católica, as limitações normativas sobre a sexualidade são constantemente trabalhadas por um discurso de verdade que leva à autovigilância e autopunição, ou seja, é muito “efetiva” para limitar as diversidades. Porém, com o passar dos anos, apesar do discurso religioso, a rigidez do conservadorismo não mais tem se sustentado.

A construção social do Brasil atual se deu em um contexto totalmente violento pelo qual atuação da Igreja junto aos imperialismos europeus exterminou as diversas manifestações culturais e religiosas que haviam no território ao imporem a religião católica e seus respectivos valores normativos compulsoriamente sobre todos os indivíduos a esses povos. Foi construída uma sociedade sobre as ordens biopolíticas do catolicismo junto ao estado, ou seja, enquanto a Igreja Católica agia junto ao estado, na produção de valores normativos sociais e religiosos, ainda que posteriormente o número de católicos religiosos, muitos desses princípios se estabeleceram e aparecem na cultura do povo brasileiro até hoje.

Como bem apresentado por Marilena Chauí, a sociedade brasileira é marcada por uma violência estrutural sobre todos os corpos não hegemônicos. Grande parte dessa estruturação de violência se estabelece pelos valores cristãos católicos desde a chegada da Igreja no Brasil. Chauí demonstra que valores produzidos na sociedade

brasileira dificilmente são percebidos como condição de violência. Assim também se dá com a LGBTIfobia brasileira.

Apesar de todos esses conceitos, existe uma linha tênue entre essas constatações claramente violentas e repressoras do catolicismo acerca dos valores normativos e, especialmente, sobre os valores das diversidades sexuais e as colocações Bíblicas a respeito de como são colocadas as homossexualidades. Diante da cultura pela qual os LGBTI+ católicos viveram durante toda a sua vida, além das questões apresentadas pela Bíblia e pelo discurso da Igreja, os valores não são tão facilmente quebrados e libertos pelos argumentos sobre como a Igreja é violenta com os fiéis LGBTI+.

Alguns setores da Igreja Católica seguem conservadores em seu discurso sobre os LGBTI+ e dificilmente há espaço para dialogar e receber apoio e acolhimento, os padres, além de muitos serem idosos e, portanto, tendendo a serem mais conservadores, a grande maioria do clero está despreparado para falar e especialmente ouvir e acolher o povo LGBTI+ e a maioria das experiências vividas pelos cristãos católicos nas igrejas seguem sendo excludentes, opressoras e violentas.

O objetivo do *Diversidade Católica* é fortalecer espiritualmente e politicamente os indivíduos através dos afetos coletivos e do acolhimento das pessoas, assim como das suas identidades sexuais e de gênero. Parte significativa da religiosidade é a presença em comunidade. As trocas afetivas, as orações feitas uns pelos outros e, especialmente o acolhimento afetivo realizado em comunidade são caminhos que todos os católicos deveriam buscar para interromper a cultura violenta que estrutura os valores católicos.

Apesar do trabalho ter reunido muitos relatos de violência que geraram profundas dores e traumas nos LGBTI+, as reuniões do *DC* e as demais respostas que foram geradas apresentaram potentes estratégias de permanência através da apropriação da identidade *queer* e da persistência em frequentar as missas, participar dos grupos de oração, das pastorais e das demais atividades.

Padre PL carrega uma estratégia importante a qual fala para encorajar-nos a seguir resistindo e adorando a Cristo: “Precisamos fugir dos sacerdotes conservadores e nos aproximarmos dos párocos dos que se demonstram aliados do movimento de inclusão dos LGBTI+ na Igreja Católica.”

Cada pessoa tem seu tempo, seus limites, seus processos e suas formas de lidar com as violências que, infelizmente, seguem acontecendo nas comunidades católicas, não só do Rio de Janeiro, como de todo o Brasil, e por isso precisamos continuar ocupando e resistindo nesses espaços, que também são nossos. O mais importante de tudo isso é não esquecermos do amor de Deus por nós, seguidores coloridos de Cristo. Quando conversamos com Jesus, apresentamos o coração de maneira sincera e íntima, entendemos que, ainda que a comunidade não nos aceite, Ele nos aceita, nos recebe e nos ama. E ele mostra isso nas diferentes e particulares formas que tem para se comunicar conosco, tanto dentro, quanto fora da Igreja Católica.

No meu relacionamento com ele, a última coisa que ele faz é me afastar de Deus. É exatamente o oposto. Eu falo isso porque a gente busca abrir mão por Cristo das coisas que nos afastam Dele, mesmo que sejam coisas que gostamos de fazer. Desculpa, mas, não. No meu relacionamento, não é o caso. E é isso que me confirma tudo, sabe?

Por fim, quando LI relata sobre sua forma de existência, concluo que, mais que possível, é necessário que nós, LGBTI+ católicos, vivamos plena e integralmente a espiritualidade e a religiosidade católica em comunidade nas paróquias e pastorais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andrea; DA MOTA, Murilo. Entrelaçando religião e sexualidade: análise das histórias de vida de gays e lésbicas. In: MACHADO, Maria e PICCOLO, Fernanda (Org.). **Religiões e Homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BENEVIDES, Bruna. **Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos)**. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em dez/ 2020. Rio de Janeiro, 2020.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BR. [Depoimento sobre a violência na igreja]. WhatsApp. 21 jun. 2020. 20:00. 6 mensagens de WhatsApp.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1824. Disponível em: <https://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>. Acesso em fev. 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em jun. 2019.

BUTLER, Judith. **Judith Butler e a teoria queer**. YouTube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TylAeedhKgc>. Acesso em: 07 ago. 2020.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Sobre a violência. In: CHAUÍ-BERLINCK, Luciana; ITOZAKU, Ericka Marie. (Org.). **Escritos de Marilena Chauí**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DA SILVA, Vitória Régia. **Transfobia: 11 pessoas trans são agredidas a cada dia no Brasil**. Disponível em: <http://www.generonumero.media/transfobia-11-pessoas-trans-sao-agredidas-a-cada-dia-no-brasil-2/>. Acesso em: dez. 2020. São Paulo, 2019.

EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS DE SANTO INÁCIO DE LOYOLA. Disponível em: <https://domtotal.com/religiao-exercicios-espirituais.html>. Acesso em: jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999b.

INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO. Disponível em: <https://www.arquidiocesedegoiania.org.br>. Acesso em dez. 2020. Roma, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

LIMA, Padre Luiz Corrêa. **Homoafetividade e evangelização: abrir caminhos**. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/homoafetividade-e-evangelizacao-abrir-caminhos/>. Acesso em: mar. 2021. Rio de Janeiro, 2014.

MACHADO, Maria *et all*. Sexualidade e gênero: os discursos das lideranças religiosas. In: MACHADO, Maria e PICCOLO, Fernanda (Org.). **Religiões e Homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PRECIADO, Paul B. **Multidões queer**: notas para uma política dos "anormais". Rev. Estud. Fem. vol.19 no.1. Florianópolis, jan./abr. 2011.

PRECIADO, Paul B. História da tecnossexualidade. In: **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

SERRA, Cris. **Vimos pra comungar: os grupos católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na igreja**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2019.

SERRA, Cristiana de Assis. **Vimos pra comungar: os grupos católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na igreja**. 2017, 189 f. Dissertação

(Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

APÊNDICES

Esse depoimento, relatando a minha história enquanto LGBTI+ católica, foi composto para a *Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT* em Junho de 2020 para o mês do orgulho LGBTI+. Deixo minha contribuição como estratégia de resistência e permanência na comunidade católica.

Eu e Deus, de mãos dadas, encontramos a minha sexualidade.

Ouso dizer que minha história de intimidade com Jesus começou junto as minhas primeiras descobertas sobre a minha sexualidade. Estive na igreja desde criança cursando a catequese, fiz a 1ª comunhão e logo me tornei coroinha. Aos 14 anos eu me apaixonei pela mulher que, até hoje, tem meu coração. Nesse mesmo contexto, iniciei o curso de Crisma e verdadeiramente conheci Jesus Cristo.

Eu ainda trazia comigo uma inocência, mas já entendia que nas relações da nossa sociedade, um relacionamento LGBTI+ não era bem-visto e aceito aos olhos das pessoas. Eu estava totalmente entregue, vivendo intensamente aquela história de amor e reciprocidade quando minha madrinha de Crisma, até então minha amiga mais próxima e companheira de caminhada cristã me disse: “Você é católica! A Igreja não aceita esse relacionamento e acho que você vai ter alguns problemas... mas eu estou aqui com você.” E então, eu parei de comungar.

Dizem que, quando nos apaixonamos, é perceptível a todas as pessoas. E comigo não foi diferente. Minha mãe, uma mulher sábia e observadora, guerreira e independente, com seu instinto de protetora logo percebeu que algo diferente estava acontecendo comigo. No dia do aniversário dela, escrevi uma carta a ela onde, além de todas as felicitações, eu disse que estava apaixonada por uma menina.

Minha mãe, ao longo da vida, construiu um lar buscando responder a todos os aspectos da família tradicional brasileira em todos os seus aspectos e, por consequência, teve muita dificuldade para lidar com a situação que eu a havia apresentado. Desde criança foi ensinada a se importar com o que os outros falam e enxergam de você. Ficou apavorada, sem chão e me instruiu a me afastar daquele amor. Me via como uma menina sem capacidade de discernir o que eu queria e sentia

e que, fatalmente, tinha sido seduzida por uma menina aproveitadora e mal intencionada.

Ela começou sua caminhada com Deus na comunidade católica quando decidiu entrar no curso de Crisma de adultos e concluir o sacramento junto comigo e, não demorou muito, se tornou coordenadora do grupo de coroinhas meninas da paróquia. Me direcionou a conversar com meu pároco, que não me recriminou, mas também não legitimou minha sexualidade e me encaminhou a trabalhar meu autoconhecimento com uma psicóloga. Naquele momento, eu querendo estar na Igreja e querendo estar ao lado dela, uma confusão completa sobre o que eu estava pensando, sentindo e fazendo até ali e foi quando em um momento de adoração da Crisma eu me encontrei de forma sublime, inteira e perfeita com Jesus Eucarístico. E meu pensamento naquele olhar de Jesus foi “amá-Lo antes de todas as coisas.”

No entanto, não terminei com ela. Não estava fazendo sentido buscar ignorar um sentimento tão leve, puro e inofensivo. Aprendi a mentir, a me esconder e limitar todos os meus passos pelas ruas para conseguir estar com ela por algumas horas. Eu partilhava com ela sobre as coisas que passei a viver, ouvir e fazer com Deus. E a partir de então, todos os domingos sem a Comunhão eram como uma facada em meu peito e minha única opção naquele momento foi entregar meu sofrimento a Jesus. Eu servia no altar, eu ajudava a levar a Eucaristia às pessoas, eu me mantinha tão perto dEle, e tão longe da comunhão. Eu me punia me impedindo, através das regras institucionais, do meu encontro com o sagrado corpo de Cristo.

Eu terminei o namoro com ela, entendendo que eu não estava pronta pra enfrentar aquele turbilhão de coisas que, no ápice dos meus 15 anos, caíram no meu colo. Eu tinha que tomar uma decisão: o Sacramento da Confirmação ou um amor adolescente. Me crismei, escolhi por Jesus em dadas circunstâncias. Voltei a comungar e me entreguei completamente a vida de serva, abrindo mão de mim, das minhas vontades, dos meus desejos e necessidades. Tão intensamente me apaixonei por aquela mulher, mais intensamente me apaixonei por Jesus. Eu prometi - talvez a Ele, mas hoje entendo que a mim mesma - esquecer aquele sentimento e buscar a heteronormatividade.

Os anos passaram, beijei alguns meninos. Completei 18 anos, conheci um pouco mais do mundo e fui me deparando com algumas características minhas que, espontaneamente, passaram a se concretizar na minha personalidade. Um dia

esbarrei com ela nos arcos da Lapa e não fui capaz de lidar com tudo que senti naquele momento.. novamente me afastei. Beijei muitos meninos. Busquei em inúmeras formas e experiências esconder de mim mesma que nada tinha mudado em relação a minha sexualidade. Em relação ao que sentia por aquela mulher.

Em dado momento, comecei um relacionamento com um homem - cis hétero cristão protestante e completamente normativo. Vivi as mazelas de um relacionamento machista e abusivo tentando me encontrar na ideia da heteronormatividade e da família tradicional brasileira e caí em um processo de anulação individual completo. Não saia mais com minhas amigas, deixei de ir a lugares e de usar as roupas que eu gostava, deixei de brindar com os meus por incomodá-lo com tais atitudes e meu apreço por cerveja... vivi durante um ano e meio uma vida completamente vazia de mim mesma e da minha identidade. Quase em um processo depressivo, já novamente sem comungar, terminei meu namoro quando percebi que eu não conseguia servir e amar a Deus naquele relacionamento totalmente aprovado pela Igreja.

E diz primeiro mandamento de Deus: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo.” Pois bem, eu não amava, sobre todas as coisas, a Deus. Eu não amava ao próximo e, mais que tudo, não amava a mim mesma. Foram tempos sombrios da minha vida, muitos desafios iniciando a vida adulta, decisões a serem tomadas, escolhas a serem feitas e muitas coisas a aprender. Contudo, segui servindo no altar, buscando a Deus e, no entanto, não comungando e me sentindo indigna de viver tamanha comunhão.

Entrei na faculdade de Produção Cultural. Um novo mundo, novas experiências e conhecimentos acerca de tudo que a nossa cultura tem a oferecer, individual e coletivamente. Entendi sobre identidades e lutas de classes. Entendi as desigualdades sociais e as militâncias. Aprendi a enfrentar a realidade, conheci muitas pessoas, descobri muito de mim. E descobri que eu ainda amava aquela menina que conheci aos 14 anos de idade. E que os meus desejos eram reais, tão reais quanto a minha vida com Deus. Nos reencontramos e começamos um relacionamento de muitas dificuldades, mas também de muitas conquistas. Minha mãe, nesse momento, entendeu que ela teria que lidar com a circunstância da minha sexualidade.

Segui buscando entender o meu caminho e meu motivo de viver aquelas duas identidades que permaneceram se contradizendo, mas que eu tinha decidido

enfrentar. Decidi escrever um trabalho de conclusão de curso o qual falo sobre como o corpo LGBTI+ existe na Igreja Católica e como a cultura da Igreja, por anos, construiu uma opressão e ocultação da diversidade na sociedade. O objetivo é encontrar formas de resistência e conciliação das identidades.

Foi nesse momento, início de 2018, que encontrei o *Diversidade Católica!* Esse encontro foi a certeza de que foi Jesus quem me trouxe até aqui. A conexão com o grupo me ajudou a entender que nunca estive sozinha nessa empreitada e que também somos o povo de Deus. Não só pude estudar e coletar dados para a minha pesquisa, como pude aprender a dar valor a mulher que sou, em todos os caminhos de ser.

Hoje, com 26 anos, mulher cis, bissexual e católica, estou concluindo meu TCC com a certeza que ainda há muita LGBTIfobia para combater e muito espaço a conquistar na nossa sociedade e na comunidade católica. Há muita luta e hoje sei que eu quero ser parte dela.

Por fim, quero compartilhar que, na quinta-feira Santa da Páscoa de 2020, esse ano tão conturbado e incerto, em meio a quarentena, pela primeira vez tive a oportunidade de servir na missa do lava-pés - em que vivemos o dia que Jesus transforma o pão e o vinho em seu Corpo e seu Sangue e distribui aos seus - e, após mais de 5 anos me abstendo, me confessei me encontrei de novo plenamente com Jesus na Comunhão. Na Páscoa de 2021, em momentos ainda mais incertos sobre como seria o serviço na vigília Pascal - que por sua vez, nunca antes existiu espaço para o serviço do grupo de coroinhas meninas - Deus me permitiu, em meu último serviço no altar, servi-Lo enquanto cristã, mulher e LGBTI+

Dâmylla, 26 anos, Rio de Janeiro.